

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

GABRIEL SILVA RAMOS ZANI

*O negacionismo histórico sobre o Regime Militar
nas redes sociais*

Versão Corrigida

São Paulo

2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

GABRIEL SILVA RAMOS ZANI

O negacionismo histórico sobre o Regime Militar
nas redes sociais

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Iokoi.

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

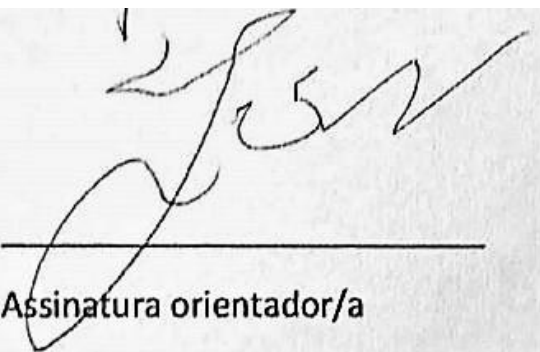
Nome do (a) aluno (a): Gabriel Silva Ramos Zani

Data da defesa: 11/09/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Zilda Marcia Gricoli Iokoi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/10/2023



Assinatura orientador/a

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Z31n Zani, Gabriel Silva Ramos
O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais / Gabriel Silva Ramos Zani; orientadora Zilda Marcia Gricoli Tokoi - São Paulo, 2023.

86 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História Social. 2. História do Brasil. 3. Negacionismo. 4. História da Ciência. 5. História da Comunicação. I. Tokoi, Zilda Marcia Gricoli, orient.

II. Título.

GABRIEL SILVA RAMOS ZANI

O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 11/09/2023

BANCA EXAMINADORA

1) Prof.: Marcos Francisco Napolitano De Eugênio

Universidade: Universidade de São Paulo (USP)

2) Prof.: Renato Alencar Dotta

Universidade: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

3) Prof.: Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro

Universidade: Universidade Federal Fluminense (UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, por todo o suporte, investimento e apoio aos estudos realizados durante o Mestrado.

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pelo espaço e conhecimento oferecidos, essenciais para a elaboração dessa pesquisa.

Agradeço à Professora Doutora Zilda Iokoi pela orientação e aconselhamento, ao longo da produção desse trabalho.

RESUMO

ZANI, Gabriel Silva Ramos. *O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Nos últimos anos, particularmente, a partir da fase de instabilidade pelo qual o governo de Dilma Rousseff passou (que culminou em um golpe parlamentar, apoiado por setores civis), determinados grupos – de forma isolada – passaram a pedir a intervenção dos militares no governo brasileiro, a fim de que “solucionassem” os problemas vigentes. Articulado a isso, soma-se o fato do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, quando ainda era um Deputado Federal, ter aproveitado o espaço na Câmara dos Deputados para convidar todos os ouvintes a lerem o livro escrito pelo agente da repressão e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra (*A Verdade Sufocada*), uma das principais obras negacionistas sobre o Regime Militar e que teve um elevado número de vendas após a indicação de Bolsonaro. A partir desse momento, diversas páginas do Facebook, canais do *YouTube*, entre outras redes sociais passaram a ser dominadas por grupos negacionistas, que possuíam um objetivo em comum: mostrar o “outro lado da História”. Com a capilaridade da *internet* e a elevada interconexão das redes sociais, esses grupos obtiveram uma voz maior, assim como ganharam mais adeptos, iniciando uma “campanha negacionista” direcionada, especialmente, ao período de vigência do Regime Militar no Brasil. Levando em conta o crescimento dessas *comunidades virtuais*, torna-se relevante o estudo sobre quais bases intelectuais fundamentam as suas visões e reforçam a arbitrariedade presente em seus discursos, assim como os riscos que o negacionismo histórico traz para a democracia brasileira.

Palavras-chave: Negacionismo. Regime Militar. Redes Sociais. História. Memória.

ABSTRACT

In the last years, particularly, from the instability phase which Dilma Rousseff's government suffered (that ended in a parliamentary coup, supported by civil sectors), certain groups – in isolation – started to call for military intervention in the Brazilian government, in order to “solve” the current problems. Articulated to this, in addition to the fact that the ex-President of the Republic Jair Messias Bolsonaro, when he was still a federal deputy, have taken advantage of space in the Chamber of Deputies to invite all listeners to read the book written by the agent of repression and torturer Carlos Alberto Brilhante Ustra (*A Verdade Sufocada*), one of the main negationist works about the Military Regime and which had a high number of sales after the indication of Bolsonaro. From now on, several pages of Facebook, channels of *YouTube*, among other social networks began to be dominated by negationist groups, who shared a common goal: show the “other side of history”. With the capillarity of *internet* and the high interconnection of social networks, these groups got a bigger voice, just as they gained more followers, starting a “negationist campaign” directed, especially, to the period of validity of the Military Regime in Brazil. Taking into account the growth of these *virtual communities*, it becomes relevant to study which intellectual bases underlie their views and reinforce the arbitrariness present in their speeches, as well as the risks that historical negationism brings to Brazilian democracy.

Key words: Negationism. Military Regime. Social Media. History. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	página 10
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DAS REDES SOCIAIS.....	página 28
CAPÍTULO 2 – O NEGACIONISMO HISTÓRICO SOBRE O REGIME MILITAR NAS REDES SOCIAIS.....	página 39
CAPÍTULO 3 – O <i>MODUS OPERANDI</i> NEGACIONISTA NAS REDES SOCIAIS.....	página 60
CONCLUSÕES FINAIS.....	página 79
BIBLIOGRAFIA.....	página 81

· INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, particularmente, a partir da fase de instabilidade pelo qual o governo de Dilma Rousseff passou (que culminou em um golpe parlamentar, apoiado por setores civis), determinados grupos – de forma isolada – passaram a pedir a intervenção dos militares no governo brasileiro, a fim de que “solucionassem” os problemas vigentes.

Além disso, soma-se o fato do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, quando ainda era um Deputado Federal, ter aproveitado o espaço na Câmara dos Deputados para convidar todos os ouvintes a lerem o livro escrito pelo agente da repressão e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra (*A Verdade Sufocada*)¹, uma das principais obras *negacionistas* sobre o Regime Militar e que teve um elevado número de vendas após a indicação de Bolsonaro (inclusive, o próprio título do livro estampa inúmeras fotos de capa de páginas do Facebook, canais do YouTube, entre outras redes sociais que utilizam a obra como “inspiração” para mostrar o “outro lado da História”).

Na obra “Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico”, os autores Carlos Eduardo Carrusca Vieira e Betânia Diniz Gonçalves apontam que, “no tempo presente, a partir da segunda década do século XXI no Brasil, observamos uma “corrosão do apoio à democracia” e um período de “regressão democrática” (...), com uma escalada do autoritarismo e forte polarização política. O que desponta, entretanto, no que concerne ao negacionismo científico, é a magnitude, a abrangência, a intensidade e a velocidade com que faz sua escalada, em par sintomático com o autoritarismo (...)” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 39).²

Com a capilaridade da *internet* e a elevada interconexão das redes sociais, esses grupos obtiveram uma voz maior, assim como ganharam mais adeptos, iniciando uma “campanha negacionista” direcionada, especialmente, ao período de vigência do Regime Militar no Brasil.

Levando em conta o crescimento desses grupos, torna-se relevante o estudo sobre quais bases intelectuais fundamentam as suas visões e reforçam a arbitrariedade presente em seus

¹ Barba, Mariana Della; Wentzel, Marina. “Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação”. BBC News Brasil, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb.

² GONÇALVES, Betânia Diniz; VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. “Negacionismo científico e suas bases psicopolíticas e socioculturais”. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022 (p. 36-50).

discursos, a qual se manifesta através do *negacionismo* compartilhado e sustentado pelos conjuntos favoráveis ao Regime Militar.

Baseado nesses elementos, é necessário refletir sobre a viabilidade desse projeto, tendo em mente seus desdobramentos, assim como seus limites sociais e epistemológicos.

Sobre os desdobramentos e limites epistemológicos, algumas questões devem ser apontadas: quais serão os frutos dessa pesquisa para a produção de conhecimento histórico? Enriquecerá ou contribuirá positivamente para estudos posteriores sobre o Regime Militar? Despertará interesse entre os pares, a fim de que existam mais investigações sobre esse tema? Até que ponto é possível estudar esse objeto? Existem documentos ou fontes disponíveis? Há um quadro teórico bem delimitado? Há uma metodologia adequada para a pesquisa?

Em relação aos desdobramentos e limites sociais, alguns questionamentos também devem ser ressaltados, tais como: quais serão os impactos desse trabalho na sociedade? Até que ponto se deve avançar no estudo sobre o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar? Estudá-lo não seria uma forma talvez “nociva” de dar voz aos sujeitos que praticaram crimes, durante a fase da Ditadura? Por se tratar de um passado recente, sabendo que alguns dos agentes da repressão ainda estão vivos, há a possibilidade de tal objeto de estudo oferecer obstáculos ao longo da investigação?

Tendo em vista os limites anteriormente destacados (particularmente, os sociais), é necessário colocar em prática o que José D’Assunção Barros expõe como um “desejado equilíbrio entre o “envolvimento ético” e o “distanciamento crítico” na pesquisa histórica” (Barros, 2005, p. 29), a fim de que a objetividade não se perca ou enfraqueça durante a investigação sobre o tema. Atento também a esse importante componente metodológico, Roberto DaMatta pontua que “um evento mais próximo no tempo é um fato ainda se desenrolando entre nós. Um episódio que ainda não esgotou suas ondas de impacto. Daí, certamente, as dificuldades de uma interpretação “fria” acadêmica e a multiplicidade de interpretações políticas. Trata-se de um episódio “quente”, que se desenrola diante dos nossos olhos, e que ainda depende de nossa ação sobre ele” (DaMatta, 2000, p. 128).

Diante do atual cenário político brasileiro, em que – diariamente – ideias autoritárias e reacionárias circulam incessantemente, é importante que existam investigações mais profundas sobre esse tema. Para superar o autoritarismo, é preciso estudá-lo e entendê-lo, identificando suas bases e seus fundamentos. Portanto, analisar o *negacionismo* pode ser um importante caminho para

não só compreender o avanço da “onda conservadora” no Brasil, mas também para construir um enfrentamento mais efetivo ao pensamento autoritário crescente no país.

Observando essa questão, Rodrigo Patto Sá Motta aponta que o “maniqueísmo pode ser útil a certos projetos políticos de visão estreita, mas é pouco eficaz para a luta contra as forças autoritárias. Em outras palavras, e pensando em estratégias mais efetivas para superação do autoritarismo, é melhor analisar o fenômeno e tentar compreendê-lo, controlando a paixão. É preciso observar os grupos e militantes das direitas como agentes políticos, compreender seus objetivos, valores e interesses que, é fundamental perceber, expressam anseios de segmentos sociais importantes. Naturalmente, isso não significa perdoar as violências e crimes cometidos, que precisam ser conhecidos, denunciados e, quem sabe, punidos. Mas, significa inscrever tais ações nos respectivos projetos políticos e situá-los na confluência entre certos contextos e estruturas” (Motta, 2013, p. 65).

Este trecho escrito por Motta reflete, de forma clara, o que se pretende realizar nesse projeto de pesquisa: a necessidade de se observar os militantes das direitas como “agentes políticos”, que usam as redes sociais para propagar dados arbitrários e falsificados do passado brasileiro, a fim de sustentar e fortalecer uma visão *negacionista* sobre o Regime Militar.

Antes de adentrar na revisão historiográfica ou no quadro teórico do projeto de pesquisa, é necessário apresentar alguns pontos importantes relacionados à relevância acadêmica dessa investigação. Tendo como base o livro de Umberto Eco, “Como se faz uma tese”, é necessário evidenciar a cientificidade dessa pesquisa. Segundo o autor, um trabalho é científico quando ele atende a determinados requisitos.

Em primeiro lugar, o reconhecimento do objeto de estudo, isto é, se ele é “definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros” (Eco, 2012, p. 21). Este requisito é atendido pelo projeto de pesquisa, devido ao reconhecimento geral do crescimento dos grupos de extrema-direita no Brasil, assim como os que nutrem um “saudosismo” em relação ao período do governo militar, fazendo com que o *negacionismo* cresça cada vez mais entre os cidadãos brasileiros.

Em segundo lugar, a possibilidade de continuidade da investigação proposta, a qual “deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para uma continuidade pública” (Eco, 2012, p. 23). Este requisito também é atendido pelo projeto de pesquisa. Por exemplo, sobre o tema proposto, outros estudiosos e leitores também poderão

apontar as possíveis lacunas não preenchidas pela investigação, assim como propor novas questões para um estudo futuro.

Com a delimitação temática e a justificativa já expostas, agora é possível apresentar a revisão historiográfica desse trabalho.

Para analisar o *negacionismo histórico* nas redes sociais, é preciso – primeiramente – que se defina o conceito, o qual será o objeto de estudo dessa dissertação. No trabalho escrito pelo Professor Mateus Henrique de Faria Pereira, “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”, logo no início de sua análise, ele busca definir o que é *negacionismo*, tendo como base as definições dos conceitos de *negação* e *revisãoismo*. De acordo com as palavras do autor, a *negação* se refere à contestação da realidade, do fato ou do evento, a qual “pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento”. Em geral, nota-se “uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em “provas” imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas” (Pereira, 2015, p. 865-866). Já o *revisãoismo* é definido como a “interpretação livre que não nega, necessariamente, os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente, a fim de construir uma narrativa “alternativa” que, de algum modo, legitima certas dominações e violências” (Pereira, 2015, p. 866).

Com a definição dos dois conceitos, Pereira concebe o *negacionismo* como a radicalização da negação e do revisãoismo (conceito em que esta Dissertação se baseia), fenômeno recorrente e ascendente nas redes sociais, espaço em que grupos e militantes reacionários, diariamente, negam e distorcem os dados sobre o passado brasileiro, bem como o revisam e manipulam, a fim de fortalecer e propagar a sua narrativa entre os usuários.

Observando o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar, Pereira percebe que a estrutura temporal da *negação* e do *revisãoismo* “está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico” (Pereira, 2015, p. 870), a qual tende a afirmar – por exemplo – que o Golpe de 64 só existiu, porque “não havia outra alternativa” ou porque “ele foi inevitável” (ideia que compõe o repertório *negacionista* de que, “se não fosse a intervenção dos militares, teria acontecido uma revolução comunista no Brasil”).

Baseado nesses elementos, é possível identificar uma *dialética* existente no *negacionismo*, na qual um indivíduo ou um grupo nega determinados fatos, para que as suas “provas” (imaginárias ou manipuladas) sejam afirmadas e “validadas” na narrativa que divulga, substituindo dados reais

do passado por informações improcedentes e infundadas. É através desse movimento (*negar para validar*), que o *negacionismo* tem alcançado muitas pessoas nas redes sociais. Segundo Pereira, “para se reprimir, silenciar, falsear ou esquecer é preciso contestar a realidade do que se passou durante a Ditadura Militar brasileira, não necessariamente pela mentira, mas pela negação e também pelo revisionismo, que distorcem e justificam os crimes e o estado de exceção” (Pereira, 2015, p. 877).

Com base nesses elementos, algumas questões devem ser propostas. Dentre elas, como o *negacionismo histórico* avançou tanto nas redes sociais? Quais fatores concorreram para isso? Quais sujeitos estão relacionados a esse novo fenômeno?

Um dos fatores que tem concorrido para o aumento do *negacionismo* entre diversos grupos e indivíduos no espaço virtual, refere-se à tímida participação dos acadêmicos no mais novo campo de disputa de narrativas. Vale ressaltar que, no momento presente, a participação de acadêmicos tem aumentado nas redes sociais. Contudo, houve um atraso na chegada deles no espaço virtual. Se antes os debates ocorriam dentro de salas nas Universidades ou em programas de TV, agora ocorrem – predominantemente – nas redes sociais. O menor espaço ocupado por uma visão mais crítica e sólida sobre a história do Regime Militar, conseqüentemente, facilita e favorece o crescimento do negacionismo sobre o período do governo militar entre os usuários das redes sociais. Aos poucos, foram conquistando espaços estratégicos em plataformas famosas como o *Facebook* e *YouTube*, propagando a sua narrativa e, conseqüentemente, o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar.

A obra “Democracia em Risco?”, publicada alguns meses após Bolsonaro se mudar para o Palácio da Alvorada, reúne vinte e dois ensaios escritos por diferentes autores, sendo que dez deles tratam, diretamente, do crescimento do pensamento autoritário nas redes sociais.

No ensaio “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”³, o Professor Christian Dunker analisa a expansão do acesso à *Internet* no Brasil, questão importante para se entender como os cidadãos brasileiros passaram a ter cada vez mais contato com as redes sociais. Estabelecendo um recorte cronológico de 1992 a 2018, o autor mostra de que forma “a expansão da democracia brasileira e do suporte discursivo digital redefiniu a gramática de reconhecimento

³ DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 116-135).

entre indivíduos, grupos e massas (...). Em 2018, 64,7% dos brasileiros tinham algum acesso à internet, com alto uso de redes sociais e suportes de conversação, majoritariamente por telefones celulares. Planos populares e bandas largas colocaram o nosso uso de redes sociais, como Facebook e WhatsApp, entre os mais altos do mundo. O mercado do saber e das notícias se tornou acessível e indiferente a antigas hierarquias e regras reguladoras. Vários efeitos imprevisíveis foram produzidos desde que a primeira geração de nativos digitais (...) emergiu como ator político. Novas comunidades, redes de apoio, de amizade, de solidariedade e cooperatividade se reuniram em torno de plataformas, comunidades e influenciadores digitais. Surge, então, um novo sistema de reconhecimento, de hierarquia simbólica e de autoridade” (Abranches, 2019, p. 120-121).

Entretanto, o espaço que garantia livre acesso e circulação de usuários nas redes sociais, avanços positivos trazidos pela “democracia digital”, foi o mesmo que ofereceu as condições para a ascensão de diversas “teorias da conspiração” e diferentes tipos de *revisionismo* (dentre eles, a manipulação e a falsificação dos dados sobre o Regime Militar). Segundo Dunker, a “promissora democracia digital, com seus milhões de novos participantes, sofreu um duro golpe quando as instâncias que detém a mediação simbólica, ou seja, aqueles que cuidam da palavra e do conflito, como imprensa, Judiciário, artistas e intelectuais, sofreram abalos consideráveis em termos do seu autofinanciamento e de sua reputabilidade social. Isso parece ter alterado a representação da ciência e do sistema de distribuição dos saberes instituídos. Por exemplo, descobrir que a ciência tem diferentes posições, igualmente válidas, sobre um determinado problema, desfaz a aura de sua autoridade vertical e os fundamentos de seu poder. Isso leva à tentação de considerar que outras ideias, ligadas a crenças seculares, também poderiam ser elevadas à condição de participante legítima do jogo do conhecimento” (Abranches, 2019, p. 125).

Movidos por esse pensamento equivocado e distante da realidade, uma série de grupos e indivíduos expõem – nas redes sociais – o seu desejo de retornar aos “bons tempos” do Regime Militar, fazem vários elogios a torturadores como Carlos Alberto Brilhante Ustra (os quais são “heróis” para eles), apontam a necessidade de se contar o “outro lado da história escondido pelos autores esquerdistas”, adquirindo assim “uma funcionalidade para o pensamento de massa e para a gramática segregativa de afetos” (Abranches, 2019, p. 129).

Complementando a argumentação de Dunker, a Professora Esther Solano, em seu ensaio “A bolsonarização do Brasil”⁴, aponta que os acadêmicos não só estão distantes das redes sociais, mas também são vistos como “inimigos”, aqueles que desejam “confundir” o povo brasileiro com as suas “mentiras”. Tratando sobre a campanha eleitoral do Jair Bolsonaro, a autora pontua que o “anti-intelectualismo é um assunto que se destacou muito na campanha. Professores e intelectuais, assim como políticos, são intermediadores cujo papel é colocado em questionamento (...). Por que devo aceitar verdades científicas e acadêmicas validadas por intelectuais? É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política” (Abranches, 2019, p. 316-317).

Negando os dados históricos e distorcendo as bases que sustentam a própria ciência, tais grupos foram – paulatinamente – avançando nas redes sociais, tornando-se a maioria nesse espaço. Em seus respectivos ensaios, o sociólogo Celso Rocha de Barros, o historiador Boris Fausto e o Professor Ruy Fausto destacam importantes questões relacionadas ao avanço do *negacionismo* nas redes sociais.

Partindo da pergunta “Como chegamos à catástrofe do 28 de outubro?”⁵, Ruy Fausto pontua que se “falou pouco da invasão do espaço virtual comum. O discurso da extrema-direita dominou e ainda domina, no Brasil, esse espaço (...). Independentemente do que ocorrerá nos próximos meses, a esquerda tem que enfrentar um grande problema técnico-político. Tem que formar equipes profissionais eficazes e suficientemente amplas para enfrentar o desafio da extrema direita no plano virtual, neutralizando a propaganda neofascista no WhatsApp e na internet” (Abranches, 2019, p. 150-151).

No texto “Uma história de dois azares e um impeachment”⁶, Celso Rocha de Barros complementa a importante observação de Ruy Fausto. De acordo com o autor, as eleições de 2018 consagraram “os piores do impeachment, sua série D, um pessoal bastante ruim: Janaina Paschoal, o Movimento Brasil Livre (MBL), a família Bolsonaro, os seguidores do Olavo de Carvalho, toda essa turma que a direita *mainstream* achava engraçado jogar contra o PT na expectativa de que, na hora H, o eleitor votasse nos moderados. Intelectuais que ninguém refutou por vergonha de ser

⁴ SOLANO, Esther. “A bolsonarização do Brasil”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 307-321).

⁵ FAUSTO, Ruy. “Depois do temporal”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 147-163).

⁶ BARROS, Celso Rocha de. “Uma história de dois azares e um impeachment”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 71-82).

visto debatendo com eles, (...) profissionais do fake news e do linchamento virtual, toda uma leva de policiais e militares até hoje inconformados com a abertura de Geisel. Esses venceram” (Abranches, 2019, p. 77).

Finalizando a observação sobre essas questões, Boris Fausto, em seu artigo “A queda do foguete”⁷, conclui de forma breve e direta: “Seja como for, os partidos opositores terão de superar seu retardo tecnológico, sob pena de ficarem para trás numa competição feroz e desigual” (Abranches, 2019, p. 139).

Em seu ensaio “As armadilhas da memória e a reconstrução democrática”⁸, o Professor Daniel Aarão Reis, partindo da pergunta “O que fizemos para chegar a este ponto?”, traça um breve histórico sobre a formação do *negacionismo histórico*, fomentado pelo próprio silenciamento das memórias sobre o Regime Militar. Nos anos 1980, com o desfecho da Ditadura, muitos setores da sociedade resolveram se manter em silêncio sobre o que havia acontecido até então, argumentando que a transição democrática era bastante “problemática” e “frágil” para poder se sujeitar a debates sobre feridas ainda abertas. Segundo Reis, determinadas indagações eram recorrentes, tais como: “valeria a pena incentivar a discussão e a memória sobre aqueles tempos sombrios, e ainda tão recentes, dos quais a grande maioria queria tomar distância? O procedimento não poria em risco a própria transição democrática, na medida em que nela se haviam integrado tantos líderes políticos e militares que haviam servido fielmente à ditadura?”. Receosos e cuidadosos com o processo de democratização que se reiniciava no Brasil, falar sobre os crimes praticados no Regime Militar passou a ser algo negativo e uma má ideia. Contudo, a preocupação de muitos com a Democracia brasileira, contraditoriamente, preparou o terreno para que – anos mais tarde – a narrativa *negacionista* viesse a ganhar força e popularidade. Atento a essa questão, Reis aponta que “mesmo mais tarde, ao longo dos anos 1980 e 1990, já consagrada a transição com a aprovação de uma nova Constituição, (...) muito poucos se dispuseram a discutir e a compreender melhor as bases históricas e sociais – conservadoras e autoritárias – daquela ditadura que se impusera” (Abranches, 2019, p. 274-276).

⁷ FAUSTO, Boris. “A queda do foguete”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.* – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 136-146).

⁸ REIS, Daniel Aarão. “As armadilhas da memória e a reconstrução democrática”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.* – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 274-286).

Articulado à argumentação de Daniel Reis, a historiadora Heloisa Murgel Starling, em seu ensaio “O passado que não passou”⁹, realiza semelhantes críticas ao destacar a parca compreensão sobre o que, de fato, foi o Regime Militar e como a falta de consenso concorreu para o avanço do *negacionismo histórico* na sociedade brasileira. Segundo a autora, “meio século depois, neste que é, ainda, o mais extenso período de vigência da democracia no Brasil republicano, os historiadores descobriram perplexos que nem o golpe de 1964 nem a ditadura militar tinham se transformado em história; entre determinados setores da sociedade, não há sequer consenso de que ocorreu um golpe de Estado naquele período. Na realidade, e sem que ninguém se desse muita conta do que estava acontecendo, os historiadores esbarraram em algo semelhante a uma mutação: os anos 1964-85 ganharam novos contornos e se transformaram numa espécie de memória viva (...); a narrativa do que aconteceu naquele período passou a ser alimentada não pelo relato dos fatos, mas por um punhado de versões mais ou menos fantasiosas, nas quais as pessoas escolhem aquela mais conveniente ou mais eficaz para seus propósitos. A postura mental que essa escolha representa, além do falatório e da disputa feroz que ela desencadeou, foi parar no centro do debate das eleições gerais de 2018 (...). A disputa começou a adquirir visibilidade nas manifestações que explodiram nas ruas em 2013 e em cujas bordas fervia um imaginário conservador, regressivo ou escancaradamente reacionário, com disposição para adulterar fatos históricos e adequá-los à sua conveniência ideológica” (Abranches, 2019, p. 341-342).

Um imaginário conservador ou reacionário que ofereceu as condições e as ideias para a sustentação da *narrativa negacionista*, propagada – incansavelmente – nas redes sociais pelos seus adeptos. No texto “A comunidade moral bolsonarista”¹⁰, a Professora Angela Alonso ilustra, de forma clara e precisa, como esses grupos se organizam e agem no espaço virtual, travando “uma “guerra cultural” nas redes sociais, armada de verbosagem feroz. Todos os xingamentos e apps – Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, YouTube – servem para deslegitimar reivindicações das minorias (sexuais e étnicas), justificar o golpe militar de 1964 e a tortura como inevitabilidades ante a ameaça comunista (daí condenar a Comissão da Verdade e celebrar ícones da ditadura)” (Abranches, 2019, p. 55).

⁹ STARLING, Heloisa Murgel. “O passado que não passou”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 337-354).

¹⁰ ALONSO, Angela. “A comunidade moral bolsonarista”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 52-70).

Complementando o percurso histórico sobre o avanço do *negacionismo* nas redes sociais, o historiador Marcos Napolitano, em seu artigo “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”, aponta uma questão central referente à instabilidade e à crise política do governo petista, as quais foram aproveitadas pela imprensa liberal e conservadora, fomentando – direta ou indiretamente – o crescimento e a popularidade da *narrativa negacionista*:

“A imprensa liberal, que nunca conseguiu se livrar do elitismo político e social, entrou nesta disputa partidária, seja pela desconfiança de que o petismo no poder iria, em algum momento, instaurar uma “república sindicalista”, reviver o nacional-estatismo e instaurar uma censura aos meios de comunicação. Por trás desta defesa de posições, é claro, não devemos esquecer eventuais interesses econômicos e corporativos veiculados pela imprensa, mas isso já é outra história. Os erros políticos, a fragilidade ideológica e os deslizes morais do PT, outrora um partido que se julgava o “sal da terra” para renovar a política e reinventar a democracia brasileira, obviamente deram a munição para a imprensa conservadora (...). O fato que nos importa é que esta nova conjuntura político-ideológica-partidária abalou um espaço sócio-político (institucional e simbólico) que sustentava a memória hegemônica do regime militar, espaço este que sempre foi conflitivo, mas que não hesitava em defender o aprofundamento da democracia, o protagonismo da sociedade civil e a condenação do autoritarismo da direita. Ao que parece, a memória hegemônica ancorada neste espaço não se diluiu totalmente, mas tem enfrentado questionamentos, tendo que dividir espaço público com memórias inorgânicas e difusas, claramente de extrema direita, que chegaram a esboçar reedições patéticas da “marcha da Família” e de passeatas pela “volta dos militares”, eventos impensáveis antes de 2014/2015. Para sorte da democracia brasileira, estas memórias ainda não tem a hegemonia dos espaços de formatação e reprodução da memória socialmente legítima da sociedade, citados anteriormente (universidade, imprensa, meios de comunicação legitimados). Mas as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais e blogs” (Napolitano, 2015, p. 33).

Não se limitando a somente observar a exposição e a circulação dessa *narrativa* na sociedade brasileira, Marcos Napolitano avança na identificação e na investigação sobre as suas ramificações, as quais se manifestam “a partir de algumas vertentes: a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de

prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (Napolitano, 2015, p. 34).

O crescente gosto pelo autoritarismo e a rejeição à representatividade têm colocado a Democracia brasileira em risco. No ensaio “A política brasileira em tempos de cólera”¹¹, a Professora Angela de Castro Gomes trata sobre os perigos à Democracia, derivados do aumento da circulação de ideias autoritárias e reacionárias nas redes sociais. Além disso, ela levanta um ponto central: o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar faz parte de um “projeto de poder reacionário e autoritário” em ascensão no Brasil (Abranches, 2019, p. 191).

Estabelecendo um diálogo com Angela Gomes, Heloisa M. Starling pontua que “fraudar fatos é uma boa maneira de se investir contra a democracia. Nas operações de método da história evidentemente cabem diversas modalidades reconstitutivas do passado que são fabricadas a partir de um artesanato próprio: interpretações, argumentos, versões, hipóteses. O problema é que essas modalidades podem ser adulteradas em algumas circunstâncias”. Essas ações arbitrárias, segundo a autora, ocorrem “todas as vezes em que a atribuição de sentido à narrativa for decorrência de preferências ideológicas. O resultado é sempre o mesmo. Versões mais ou menos mistificadoras do passado brotam com rapidez surpreendente e servem de impulso para polarizações sectárias. O principal problema da fraude, na história, não está, contudo, somente na atribuição de um sentido mitificador ou redutor à narrativa; está na veracidade ou não dos fatos que se relatam. Vale dizer, a fraude aparece quando há alteração daquilo que os historiadores chamam de verdade factual: a ostentação pública de fatos que não podem ser modificados pela vontade de quem ocupa o poder, nem podem ser demovidos a não ser por força de mentiras cabais (...). A história tem uma função estratégica para a nossa vida pública. Se a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso (...). É fácil entender o que esse problema significa para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias ficam indistintas, deixa de existir uma

¹¹ GOMES, Angela de Castro. “A política brasileira em tempos de cólera”. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (p. 175-194).

base factual para se questionar o poder. A mentira permite reescrever a história, e a democracia pode cair por corrosão porque ninguém mais sabe ao certo quais são os limites” (Abranches, 2019, p. 342-343).

Outro elemento que deve ser destacado, é que essa investigação se insere na História do Tempo Presente, especificamente, em uma de suas ramificações denominada como “História Digital”. Na obra, *Intelectuais mediadores: Práticas e ação política*, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen escrevem da seguinte maneira:

“Há algumas décadas observa-se o crescimento do interesse acadêmico por questões relacionadas às propriedades e à eficácia do uso de diferentes mídias e linguagens na comunicação de ideias aos mais variados públicos. (...) surge nos debates sobre a história do tempo presente e naqueles acerca das relações entre história e memória, destacando-se o trânsito da noção de “usos do passado”, para citar somente alguns. O destaque mais recente talvez seja aquele conferido às chamadas história pública e história digital, que vieram impulsionar e tornar mais urgentes as reflexões sobre tais assuntos” (Gomes; Hansen, 2016, p. 7-8).

Estudar a História do Tempo Presente é um grande desafio para o historiador. Por exemplo, analisar as memórias e as narrativas compartilhadas pelos negacionistas, em relação ao período do Regime Militar, muitas vezes, revela-se como um trabalho rigoroso que requer cuidado e atenção. Em seu texto, *Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos*, Marcos Napolitano assim pontua:

“Não seria exagerado dizer que, nas últimas décadas do século XX, a memória invadiu o campo da história, ao mesmo tempo em que se tornou seu objeto de estudo. Passou a vigorar, portanto, uma nova relação entre história e memória, afirmada pelos acontecimentos extremos do século XX e pelo debate teórico que se seguiu. Surgiram novos desafios ao historiador, sobretudo àquele que se dedica ao estudo do chamado Tempo Presente” (Napolitano, 2018, p. 206).

Talvez o maior desafio para o historiador do Tempo Presente, manifesta-se nas disputas de narrativas, realizada por diferentes atores sociais e políticos, que visa o domínio sobre o passado. Após fases históricas que envolveram confrontos e violência, o cenário com que o historiador deve trabalhar, torna-se sensível e delicado. Observando essa importante questão, Napolitano aponta:

“Os processos de pacificação e transição que emergiram a partir de contextos históricos marcados pela violência política, tais como guerras, ocupações estrangeiras, genocídios e ditaduras, via de regra são acompanhados por complexas operações de reconstrução da memória

e justiças de transição (...). O objetivo central seria o de superar as marcas traumáticas e fissuras no tecido social e nas instituições, para a refundação de um mundo comum. Este movimento de “virar a página do passado” é marcado tanto por operações de esquecimento, quanto de lembrança, as quais envolvem uma ampla gama de atores sociais e políticos que disputam a hegemonia do processo” (Napolitano, 2018, p. 209).

Após o desfecho do Regime Militar, uma memória mais crítica sobre esse período prevaleceu no país. No entanto, com o advento das redes sociais, grupos negacionistas antes desarticulados, passaram a realizar inúmeras conexões, formando assim grandes comunidades ligadas entre si. Esse novo quadro possibilitou que inúmeras ideias e discursos negacionistas ganhassem mais amplitude, alcançando milhares de pessoas, diariamente. Analisando esse momento, em seu texto, *Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus*, Marcos Napolitano assim escreve:

“No contexto brasileiro, o século XXI tem sido marcado por desafios à memória hegemônica e às políticas de memória crítica. Na verdade, estes revisionismos começaram por volta de 2002-2004, ainda com viés liberal, com o surgimento de uma versão brasileira, mais branda, da “teoria dos dois demônios”, mas ainda temperados pela memória hegemônica crítica ao regime. O ano de 2015 marcou um momento importante de afirmação pública do revisionismo ideológico, com a tomada das ruas pela extrema-direita saudosa do regime militar. A conjugação da memória ressentida de grupos militares com os nostálgicos civis da ditadura ganhou as ruas e a esfera pública. Se o trauma nunca foi plenamente incorporado, ao menos do ponto de vista institucional e historiográfico, como categoria central para elaborar a experiência da ditadura brasileira, os tabus começaram a ser rompidos pelas direitas. Nesse momento, os tabus e pudores dos nostálgicos da ditadura foram rompidos, em nome da luta contra a corrupção e as esquerdas no poder. Com o acirramento da crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, a esfera pública se viu tomada pelo “retorno do recalçado” da memória da extrema direita, e por negacionismos e revisionismos de natureza puramente ideológica em relação à ditadura” (Napolitano, 2020b, p. 38).

Diante desse quadro, cabe ao historiador – em primeiro lugar – reconhecer a importância dos métodos e dos instrumentos da ciência histórica, que o guiarão a uma análise mais completa e concisa sobre as próprias disputas pelo passado brasileiro. Em segundo lugar, é preciso saber separar os domínios referentes à História e à Memória que, às vezes, misturam-se, gerando uma

série de confusões interpretativas e conceituais. Em terceiro lugar, diante dos embates pela história do Regime Militar, o historiador não deve se colocar como um “árbitro” ou um “juiz”, mas como um pesquisador que clarifica o debate, trazendo luz ao estudo sobre o passado, a partir de necessárias contribuições teóricas.

Para auxiliar no desenvolvimento desse trabalho, será utilizada como base a “história conceitual do político”, apresentada – de forma brilhante – por Pierre Rosanvallon, a qual contribui para o estudo sobre diversos objetos, por exemplo, o negacionismo histórico enquanto instrumento de poder.

Em sua obra, *Por uma história conceitual do político*, Rosanvallon expõe o processo de transformação da História Política. Em um primeiro momento, a História Política Tradicional foi predominante, manifestando-se através da separação entre o historiador das ideias, o filósofo e o historiador dos acontecimentos e instituições, no que tange aos estudos sobre o campo político. Em um segundo momento, houve o declínio da História Política Tradicional e a abertura para novas áreas de estudo, tais como a história das mentalidades políticas, a sociologia política e a filosofia política, as quais – a partir de inúmeras contribuições teóricas – renovaram a abordagem do campo político. No entanto, mesmo com esses avanços, o autor aponta que a fragmentação entre as diferentes áreas do saber ainda permaneceu. Situação que passou a mudar nos últimos anos, em que essas diversas áreas de estudo sobre o político começaram a se aproximar mais, tendo como base elementos e objetos de estudo em comum (história das ideias, filosofia da história política, antropologia política, entre outras). A partir do encontro e do diálogo entre elas, a *história conceitual do político* se desenvolveu, superando a fragmentação vigente na história tradicional (Rosanvallon, 2010, p. 9-12).

A partir disso, é possível afirmar que a articulação entre diversas ciências favorece, diretamente, os estudos sobre o negacionismo histórico, no Brasil. A partir de suas contribuições metodológicas e epistemológicas, a união entre elas oferece importantes caminhos de estudo sobre esse objeto, levantando novas questões e novos problemas, que devem ser analisados de forma minuciosa.

Segundo Rosanvallon, “o objeto de estudo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas”, referentes a um determinado período, território e grupos sociais específicos (Rosanvallon, 2010, p. 16). Em outras palavras,

trata-se do esforço de compreender como a realidade é representada e como os problemas que surgem a partir dela são respondidos pelos sujeitos nela presentes.

A partir disso, a *história conceitual do político* se revela importante e relevante aos estudos sobre o negacionismo histórico, seja à compreensão sobre a forma com que os negacionistas entendem a realidade brasileira, seja à apreensão dos discursos que eles mobilizam na disputa pelas narrativas, envolvendo o passado brasileiro, especificamente, o Regime Militar.

A *história conceitual do político* expande os objetos e temas de estudo, não se limitando à análise de obras clássicas. As fontes que compõem a cultura política de determinado período, devem ser observadas e estudadas, tais como os panfletos, as obras literárias, a imprensa, os movimentos sociais, entre outros (Rosanvallon, 2010, p. 17). Com a entrada do espaço digital na historiografia, novas fontes passaram a fazer parte do conjunto documental dos historiadores, especialmente, aqueles que estudam temas mais ligados à *História do Tempo Presente*. No que diz respeito ao negacionismo histórico sobre o Regime Militar, considerável parte das fontes negacionistas se encontram nas redes sociais, espalhadas por comunidades compostas por reacionários e integrantes da extrema-direita brasileira. *Memes*, vídeos do *YouTube*, textos de *blogs*, entre outros tipos de fontes são compartilhadas, diariamente, entre os grupos virtuais negacionistas, devendo o historiador saber trabalhar com elas, uma vez que exigem modos particulares de análise.

Além disso, o foco da *história conceitual do político* não está somente sobre os grandes intelectuais e autores, mas também sobre os seus leitores, seguidores e compartilhadores de suas ideias que, possivelmente, debateram com outros indivíduos que pensavam de forma diferente, constituindo assim trocas e disputas intelectuais (Rosanvallon, 2010, p. 17). Nas redes sociais, as comunidades negacionistas se relacionam tanto internamente (entre os próprios usuários que as integram, por exemplo, um grupo que compartilha os dados referentes aos livros escritos por Ustra, torturador que participou da Ditadura Civil-Militar brasileira), quanto externamente (ora através de ataques conjuntos contra páginas e perfis que se opõem à narrativa negacionista, ora ampliando a sua rede e aumentando assim as ramificações negacionistas nas redes sociais).

Para finalizar a introdução, os objetivos gerais dessa pesquisa são coletar e analisar as bases históricas e intelectuais que sustentam o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar; identificar os critérios de seleção das fontes ou dos documentos, utilizados pelos grupos e militantes propagadores do *negacionismo*; compreender o papel e os desdobramentos do

negacionismo na prática social, assim como no cenário político; entender as condições de produção e circulação das ideias *negacionistas*, dentre os fatores que concorreram (e concorrem) ao crescimento de sua influência e popularidade.

Os objetivos específicos dessa pesquisa são problematizar os componentes ideológicos do *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar, que justificam determinados discursos e práticas dos seus defensores; observar o modo de trabalho documental elaborado pelos seus produtores e divulgadores; compreender de que forma esses sujeitos concebem a História e como eles a constituem; identificar a que ou a quem serve a narrativa construída pela ala *negacionista*; problematizar e refletir sobre os interesses políticos articulados ao avanço do *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar no Brasil; analisar as condições de recepção das ideias conservadoras e reacionárias nas redes sociais.

Retomando os conceitos anteriormente analisados (*negacionismo*, *negação* e *revisionismo*) e a importante discussão produzida pelos autores acima, é possível levantar algumas hipóteses relacionadas ao problema da pesquisa. Partindo da pergunta “por que focar o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar?”, uma hipótese se destaca: porque ele é o “ponto de partida” de um projeto político e cultural, que visa “recontar” a História do Brasil – desde o seu início – sob um viés conservador (uma vez que “os acadêmicos e os intelectuais de esquerda os enganaram com a sua versão da história brasileira”).

Além disso, é necessário ressaltar que o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar está também inserido em um projeto de poder maior. A narrativa que o sustenta é fundamental para os grupos e atores políticos opostos aos princípios democráticos, que visam lançar o Estado Brasileiro nos braços do autoritarismo.

Dessa forma, cabe ao historiador – em primeiro lugar – compreender as bases históricas e intelectuais que sustentam esse *negacionismo*, analisando-o criticamente à luz da ciência histórica, a fim de que exista um enfrentamento eficaz e efetivo em relação às arbitrariedades e falsificações impostas sobre a história do Regime Militar.

A partir disso, revela-se a importância dos historiadores para o estudo do passado recente, especialmente, na observação sobre a linha tênue que há entre a história e a memória, assim como na constituição de uma distinção objetiva entre elas. Trata-se de uma tarefa complicada e árdua, uma vez que o objeto de estudo ainda está “quente”, com seus respectivos sujeitos e elementos

ainda presentes, por exemplo, o regime militar e seus representantes, que participaram do Golpe de 1964 e do governo militar.

Portanto, o historiador não deve atuar como um “juiz imparcial”, mas deve submeter a narrativa desses grupos à crítica histórica, esclarecendo-a através da historiografia e dos métodos selecionados para a pesquisa.

Para concluir essa parte do projeto de pesquisa, a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, em seu artigo “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória”, defende que o “historiador do presente” deve desempenhar uma função de *mediador*, no trabalho que envolve o resgate das memórias e a reconstituição do passado. De acordo com as suas palavras:

“Objeto de manipulações frequentes (de ordem política e ideológica), a memória (individual e coletiva) passa, assim, a integrar o “território do historiador”. Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o “recalque”, o “luto”) e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio, etc.), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade” (Silva, 2002, p. 426-427).

Nessa pesquisa, uma vez que foi selecionado como campo de estudo e observação as redes sociais, fontes características desse espaço serão coletadas e analisadas, tais como textos publicados em determinados perfis e páginas, vídeos divulgados em plataformas como o *YouTube*, discussões realizadas em grupos e/ou comunidades, entre outros tipos de fontes escritas e audiovisuais que expõem o *negacionismo* nas redes sociais.

Sobre a periodização dessa pesquisa, embora a Dissertação dialogue com elementos referentes ao Regime Militar e ao início da Nova República, o objeto de estudo corresponde ao período pós-golpe contra a Dilma Rouseff.

Para concluir a Introdução dessa Dissertação, é preciso ressaltar que tem ocorrido, nos últimos anos, uma intensa perseguição de diversos grupos negacionistas contra os historiadores, especialmente, aqueles que estudam e combatem o negacionismo histórico no espaço virtual. Portanto, nesse estudo, foi considerado necessário e prudente não citar, diretamente, os nomes e os grupos negacionistas que foram investigados, ao longo da produção desse trabalho.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Os apontamentos iniciais necessários, no que se refere à formação das redes sociais, referem-se à revolução tecnológica que ocorreu através do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a qual gerou uma elevada influência sobre a vida humana. Em sua obra “A sociedade em rede”, Castells assim pontua: “O registro histórico das revoluções tecnológicas (...) mostra que todas são caracterizadas por sua *pervasidade*, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida. (...) diferentemente de qualquer outra revolução, o *cerne* da transformação que estamos vivendo na revolução atual refere-se às *tecnologias de processamento de informação e comunicação*. A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear (...)” (Castells, 2020, p. 88)

Castells ressalta uma característica central que se observa nas revoluções tecnológicas: a penetrabilidade das mudanças e transformações em todos os setores da vida humana. Mudanças no campo físico ou material que incidem, diretamente, no modo de vida dos seres humanos, gerando novos elementos e novas circunstâncias. Dentre eles, destaca-se o novo paradigma que organiza a sociedade, nomeado por Castells como “Rede”. Segundo o autor, “(...) como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 2020, p. 553).

O que deve ser frisado no pensamento de Castells são as articulações entre o espaço virtual e o campo material. O novo paradigma, a “Rede”, tem organizado e mediado as relações em ambos os espaços, constituindo novas condições e relações sociais, políticas, entre outras.

Para entender a constituição da rede no campo virtual, é necessário primeiro compreender as circunstâncias do surgimento da *internet*. Sendo uma resposta às “ameaças” presentes na Guerra Fria, a *internet* passou a ser construída pelo Departamento de Defesa norte-americano, contando – inicialmente – com um foco predominantemente militar. Observando esse cenário, Castells escreve que a “criação e o desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século XX foram

consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural. A internet teve origem no trabalho de uma das mais inovadoras instituições de pesquisa do mundo: a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Arpa) do Departamento de Defesa dos EUA. Quando o lançamento do primeiro Sputnik, em fins da década de 1950, assustou os centros de alta tecnologia estadunidenses, a Arpa empreendeu inúmeras iniciativas ousadas, algumas das quais mudaram a história da tecnologia e anunciaram a chegada da Era da Informação em grande escala. Uma dessas estratégias (...) foi criar um sistema de comunicação invulnerável a ataques nucleares. Com base na tecnologia de comunicação da troca de pacotes, o sistema tornava a rede independente de centros de comando e controle, para que a mensagem procurasse suas próprias rotas ao longo da rede, sendo retomada para voltar a ter sentido coerente em qualquer ponto da rede” (Castells, 2020, p. 101).

Foi nesse contexto que o processo de montagem da “arquitetura” da *internet*, começou a ser realizado, sendo cada vez mais aperfeiçoado, ao longo do tempo, para facilitar e agilizar a comunicação, assim como a transmissão de dados e informações. A partir disso, Castells prossegue em seu texto: “Quando, mais tarde, a tecnologia digital permitiu o empacotamento de todos os tipos de mensagens, inclusive de som, imagens e dados, criou-se uma rede que era capaz de comunicar seus nós sem usar centros de controle. A universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal” (Castells, 2020, p. 101).

Essas condições acima destacadas por Castells, passaram a ser observadas, ainda em fase embrionária, na primeira rede de computadores, conhecida como *Arpanet*. De acordo com o autor, a “primeira rede de computadores, que se chamava Arpanet (...), entrou em funcionamento em 1º de setembro de 1969, com seus quatro primeiros nós na Universidade da Califórnia em Los Angeles, no Stanford Research Institute, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e na Universidade de Utah. Estava aberta aos centros de pesquisa que colaboravam com o Departamento de Defesa dos EUA, mas os cientistas começaram a usá-la para suas próprias comunicações, chegando a criar uma rede de mensagens entre entusiastas de ficção científica. A certa altura tornou-se difícil separar a pesquisa voltada para fins militares das comunicações científicas e das conversas pessoais. Assim, permitiu-se o acesso à rede de cientistas de todas as disciplinas e, em 1983, houve a divisão entre Arpanet, dedicada a fins científicos, e a Milnet, orientada diretamente às aplicações militares. A National Science Foundation também se envolveu

na década de 1980 na criação de outra rede científica, a CSNET, e – em colaboração com a IBM – de mais uma rede para acadêmicos não científicos, a BITNET. Contudo todas as redes usavam a Arpanet, como espinha dorsal do sistema de comunicação. A rede das redes que se formou durante a década de 1980 chamava-se ARPA-Internet, depois passou a chamar-se Internet, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa e operada pela National Science Foundation” (Castells, 2020, p. 101).

Ao mesmo tempo em que as condições tecnológicas se desenvolviam, um processo de descentralização das redes começou a ocorrer, motivado pela sua “privatização”. Analisando esse contexto de transformações, Castells pontua da seguinte maneira: “Tendo-se tornado tecnologicamente obsoleta depois de mais de vinte anos de serviços, a Arpanet encerrou as atividades em 28 de fevereiro de 1990. Em seguida, a NSFNET, operada pela National Science Foundation, assumiu o posto de espinha dorsal da internet. Contudo as pressões comerciais, o crescimento de redes de empresas privadas e de redes cooperativas sem fins lucrativos levaram ao encerramento dessa última espinha dorsal operada pelo governo em abril de 1995, prenunciando a privatização total da internet, quando inúmeras ramificações comerciais das redes regionais da NSF uniram forças para formar acordos colaborativos entre redes privadas. Uma vez privatizada, a internet não contava com nenhuma autoridade supervisora. (...) em 1999 não existia nenhuma autoridade clara e indiscutível sobre a internet, tanto nos EUA quanto no resto do mundo – sinal das características anarquistas do novo meio de comunicação, tanto tecnológica quanto culturalmente” (Castells, 2020, p. 101-102).

Com base nesses elementos, o paradigma da tecnologia da informação foi formado, apresentando cinco características fundamentais: a ideia de que a informação também se constitui como “matéria-prima”; a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias na vida humana; a “lógica das redes”; a flexibilidade e a constante reorganização das tecnologias de informação; e a convergência de tecnologias específicas para o funcionamento dos sistemas de informação. Analisando cada uma dessas características, Castells assim escreve:

“A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores.

O segundo aspecto refere-se à *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência

individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico.

A terceira característica refere-se à *lógica de redes* em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias da informação. Sem elas, tal implementação seria bastante complicada. E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força matriz da inovação na atividade humana.

Ademais, quando as redes se difundem, seu crescimento se torna exponencial, pois as vantagens de estar na rede crescem exponencialmente, graças ao número maior de conexões, e o custo cresce em padrão linear. Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com o crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede (...).

Em quarto lugar, (...) o paradigma da tecnologia da informação é baseado na *flexibilidade*. Não apenas os processos são reversíveis, mas organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada (...).

(...) uma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente *convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado*, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado. Assim, a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação” (Castells, 2020, p. 124-125).

Concluindo a sua descrição sobre o paradigma da tecnologia da informação, Castells pontua que este paradigma “não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em

forma de rede são seus principais atributos (...). É uma força que provavelmente está (...) sob o atual paradigma tecnológico que penetra no âmago da vida e da mente” (Castells, 2020, p. 128).

Diante desses novos elementos e do cenário acima destacado de transformações tecnológicas, determinadas ações e atividades mais próximas à contracultura, passaram a surgir nos EUA, as quais fomentaram e criaram as condições para o aparecimento das primeiras redes sociais. Segundo Castells, “em paralelo com o trabalho do Pentágono e dos grandes cientistas de criar uma rede universal de computadores com acesso público, dentro de normas de “uso aceitável”, surgiu nos Estados Unidos uma contracultura de crescimento descontrolado, quase sempre de associação intelectual com os efeitos secundários dos movimentos da década de 1960 em sua versão mais libertária/utópica. O modem, elemento importante do sistema, foi uma das descobertas tecnológicas que surgiu dos pioneiros dessa contracultura, originalmente batizada de “the hackers”, antes da conotação maligna que o termo veio a assumir. O modem para PCs foi inventado por dois estudantes de Chicago, Ward Christensen e Randy Suess, em 1978, quando estavam tentando descobrir um sistema para transferir programas entre microcomputadores via telefone para não serem obrigados a percorrer longos trajetos no inverno de Chicago. Em 1979, divulgaram o protocolo *XModem*, que permitia a transferência direta de arquivos entre computadores, sem passar por um sistema principal. E divulgaram a tecnologia gratuitamente, pois sua finalidade era espalhar o máximo possível a capacidade de comunicação. As redes de computadores que não pertenciam à Arpanet (...), descobriram um meio de começar a se comunicar entre si por conta própria. Em 1979, três alunos da Duke University e da Universidade de Carolina do Norte (...) criaram uma versão modificada do protocolo UNIX que possibilitava a interligação de computadores via linha telefônica comum. Usaram-na para criar um fórum on-line de conversas sobre informática, a Usenet, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversas eletrônicas em larga escala” (Castells, 2020, p. 104-105).

A partir desses dados, é possível notar que ações e atividades ligadas à contracultura nos EUA, prepararam o terreno para as comunicações computadorizadas, interligadas em redes horizontais. Analisando esses elementos, Castells escreve que “esse método da contracultura de usar a tecnologia teve consequências semelhantes na estratégia de inspiração militar das redes horizontais: viabilizou os meios tecnológicos para qualquer pessoa com conhecimentos tecnológicos e um PC, o que logo iniciou uma progressão espetacular de força cada vez maior e preços cada vez mais baixos ao mesmo tempo. O advento da computação pessoal e a

comunicabilidade das redes incentivaram a criação dos sistemas de quadros de avisos (*bulletin board systems* – BBS), primeiro nos Estados Unidos e depois no mundo inteiro. Os BBS não precisavam das redes sofisticadas de computadores, só de PCs, modems e linha telefônica. Assim, tornaram-se os fóruns eletrônicos de todos os tipos de interesses e afinidades (...). Em fins da década de 1980, alguns milhões de usuários de computador já estavam usando as comunicações computadorizadas em redes cooperativas ou comerciais que não faziam parte da internet. Em geral, essas redes usavam protocolos que não eram compatíveis entre si, portanto adotaram os protocolos da internet, mudança que, na década de 1990, garantiu a sua integração com a internet e, assim, a expansão da própria internet” (Castells, 2020, p. 105).

Inicialmente, a partir do novo paradigma da tecnologia da informação, houve a ideia de que a *internet* substituiria os antigos meios de comunicação. Contudo, isso não ocorreu, uma vez que – ao invés da substituição – houve uma convergência dos meios de comunicação, dentro de uma rede interativa. Em sua obra “Cultura da convergência”, Jenkins aponta que os “mercados midiáticos estão passando por mais uma mudança de paradigma. Acontece de tempos em tempos. Nos anos 1990, a retórica da revolução digital continha uma suposição implícita, e às vezes explícita, de que os novos meios de comunicação eliminariam os antigos, que a Internet substituiria a radiodifusão e que tudo isso permitiria aos consumidores acessar mais facilmente o conteúdo que mais lhes interessasse (...). O estouro da bolha pontocom jogou água fria nessa conversa sobre revolução digital. Agora, a convergência ressurgue como um importante ponto de referência, à medida que velhas e novas empresas tentam imaginar o futuro da indústria de entretenimento. Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas” (Jenkins, 2009, p. 31-33).

A coexistência de antigas e novas mídias é observada, em grande parte, nas produções negacionistas dentro das redes sociais. A utilização de áudios, imagens, vídeos, entre outras fontes oriundas de diversas mídias, está presente nas comunidades virtuais negacionistas (questão que será abordada mais a frente nessa dissertação). Em outro fragmento da sua obra, Jenkins complementa que a “convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os

consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final” (Jenkins, 2009, p. 43).

Um processo que tem transformado as formas de produção e consumo de conteúdo, possibilitando que cada usuário compartilhe e construa o seu próprio espaço de comunicação. De acordo com Jenkins, “a convergência dos meios de comunicação impacta o modo como consumimos esses meios. Um adolescente fazendo a lição de casa pode trabalhar ao mesmo tempo em quatro ou cinco janelas no computador: navegar na Internet, ouvir e baixar arquivos MP3, bater papo com amigos, digitar um trabalho e responder e-mails, alternando rapidamente as tarefas. E fãs de um popular seriado de televisão podem capturar amostras de diálogos no vídeo, resumir episódios, discutir sobre roteiros, criar *fan fiction* (...), gravar suas próprias trilhas sonoras, fazer seus próprios filmes – e distribuir tudo isso ao mundo inteiro pela Internet. A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação” (Jenkins, 2009, p. 44).

Sendo assim, trata-se de um sistema que articula diferentes mídias, as quais interagem com uma elevada velocidade, no que tange à produção e ao consumo de informações. A partir desses elementos, Jenkins afirma que “os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua” (Castells, 2020, p. 89).

Nesse contexto de elevada velocidade de produção e consumo de informações, um elemento se destaca: todos podem ser agentes nas redes sociais. Analisando esse cenário, Jenkins pontua que, “se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores são mais conectados socialmente. Se o trabalho de consumidores de mídia já foi silencioso e invisível, os novos consumidores são agora barulhentos e públicos” (Jenkins, 2009, p. 47).

Sendo os consumidores também sujeitos ativos, que utilizam e constroem os seus próprios espaços de comunicação, uma série de elementos políticos passaram a estar presentes nesse novo momento. A partir desses dados, Jenkins aponta da seguinte maneira:

“Os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda. As expressões culturais são retiradas da história e da geografia e tornam-se predominantemente mediadas pelas redes de comunicação eletrônica que interagem com o público e por meio dele em uma diversidade de códigos e valores, por fim incluídos em um hipertexto audiovisual digitalizado. Como a informação e a comunicação circulam basicamente pelo sistema de mídia diversificado, porém abrangente, a prática da política é crescente no espaço da mídia. A liderança é personalizada, e formação de imagem é geração de poder. Não que toda política possa ser reduzida a efeitos de mídia ou que valores e interesses sejam indiferentes para os resultados políticos. Mas sejam quais forem os atores políticos e suas preferências, eles existem no jogo do poder praticado através da mídia e por ela, nos vários e cada vez mais diversos sistemas de mídia que incluem as redes de comunicação mediada por computadores” (Castells, 2020, p. 559).

Articulado à visão de Jenkins, Castells afirma que, “consequentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da internet” (Castells, 2020, p. 89).

A partir dos elementos apresentados acerca do surgimento da *internet* e da formação das redes sociais, é possível adentrar ao tema central dessa dissertação, referente ao negacionismo histórico sobre o Regime Militar, nas redes sociais.

Tendo em mente que qualquer pessoa pode participar do compartilhamento de informações nas redes sociais, nota-se que os negacionistas atuam como agentes políticos que visam sobrepor a sua narrativa em relação às demais divergentes, usando esse espaço para propagar dados arbitrários e falsificados sobre o passado brasileiro, a fim de sustentar e fortalecer uma visão *negacionista* sobre o período referente ao Regime Militar.

O *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar não é só um reflexo do desconhecimento de algumas pessoas acerca da história brasileira, mas um motor propagador de diversos erros sobre o passado recente do Brasil.

Na introdução do capítulo “The reach of ignorance”, Rescher logo realiza uma separação entre o que é um erro e o que constitui a ignorância, sendo o primeiro mais nocivo que a segunda, uma vez que a ignorância é a ausência de uma direção clara ao conhecimento dos fatos, enquanto o erro é a falsa significação de um fato, o que desorienta os passos rumo ao saber (Rescher, 2009, p.1). Utilizando a visão de Rescher no estudo sobre o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar, é possível afirmar que o pensamento negacionista se vale de conceitos e concepções errados para fundamentar a sua própria construção da história brasileira (e transmiti-la para o público que a recebe).

Articulado às observações de Rescher, DeNicola levanta uma importante questão em seu estudo “Conceiving Ignorance”: a relação entre a ignorância e o erro. Sem igualar ambos os termos e estabelecendo as diferenças entre eles, o autor aponta que a “ignorância é uma causa frequente do erro” e que muitas vezes os indivíduos são ignorantes em relação aos próprios erros cometidos (DeNicola, 2017, p. 22). Essa questão observada por DeNicola é relevante à análise sobre os negacionistas, uma vez que – por estarem pautados em sua própria ignorância – não percebem que os “fatos” e os dados de sua narrativa não passam de erros. Ignorantes sobre a própria ignorância que possuem sobre a história brasileira, os grupos negacionistas aprofundam o próprio poço do desconhecimento, desinformando não só eles mesmos, mas também o público em geral que os acompanha, o que denota uma construção intencional da ignorância.

Também ligado à questão acima destacada, no texto “Reflexões sobre a comunicação pública da ciência e o negacionismo”¹², Leandro Andrade, Leonardo Diniz e Raphael Santos realizam uma importante ressalva, ao defenderem que “o negacionismo não é apenas ignorância, mas a produção induzida (política e culturalmente) da desinformação, que tem como objetivo atacar as teorias científicas aceitas pela comunidade científica. Para dar uma aparência de controvérsia científica onde ela não existe, grupos negacionistas promovem pesquisas de baixa qualidade, normalmente sem revisão por pares” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 127).

¹² ANDRADE, Leandro Braga de; DINIZ, Leonardo Gabriel; SANTOS, Raphael Freitas. “Reflexões sobre a comunicação pública da ciência e o negacionismo”. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022 (p. 124-131).

Sendo assim, sabendo que as informações compartilhadas pelos negacionistas são erradas, por que os dados transmitidos por esses grupos têm atraído mais o público do que as acadêmicas?

A circulação do negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais, constitui-se em um dos sinais de que a importantíssima democratização do meio digital não veio acompanhada de uma “alfabetização política” ou uma formação crítica mais aprimorada de seus usuários. O que a realidade revela é a possibilidade de estar desinformado, em um espaço no qual as informações são abundantes e circulam incessantemente. As comunidades virtuais negacionistas, profundamente, ligadas em forma de redes, constituem-se como “grupos de alunos” atentos ao que o “Mestre” transmite (seja um político reacionário escrevendo um texto em sua página ou outro *Youtuber* conservador gravando um vídeo em seu canal). Como “bons aprendizes”, os negacionistas não se contentam somente em manter para si todo o (des)conhecimento recebido, mas também em compartilhá-lo pelas redes sociais, concorrendo ainda mais à desinformação pública.

O compartilhamento dos dados e o alcance das publicações no *ciberespaço*, estão diretamente relacionados ao nível de facilidade ou dificuldade com que cada usuário compreende determinada informação. Isso é evidente quando se compara o número de compartilhamentos e visualizações entre um canal *negacionista* e um acadêmico. Por exemplo, enquanto o canal da USP no *Youtube* possui, em média, cinco mil acessos, representados pelos usuários que buscam o seu conteúdo transmitido, existem outros canais negacionistas que recebem, diariamente, mais de um milhão de acessos.

O alto nível de acesso e difusão dos canais *negacionistas* têm como uma de suas razões principais a superficialidade característica dos dados transmitidos. Se os vídeos ou os textos de especialistas não se propagam com mais rapidez, por causa de sua considerável complexidade (seja a linguagem utilizada, seja a própria organização das informações), as produções elaboradas a partir do negacionismo e da desinformação, por serem mais simples e mergulhadas no senso comum, não só têm alcançado um elevadíssimo número de pessoas nas redes sociais, mas também têm criado múltiplas formas de sociabilidade, resultando na construção de grupos ou *comunidades virtuais*, que fomentam ainda mais a circulação das ideias *negacionistas* no *ciberespaço*.

CAPÍTULO 2

O NEGACIONISMO HISTÓRICO SOBRE O REGIME MILITAR NAS REDES SOCIAIS

Para iniciar esse capítulo, é preciso – em primeiro lugar – identificar e analisar as bases intelectuais das comunidades virtuais negacionistas. Já ressaltado no início dessa dissertação, o livro “A verdade sufocada”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ganhou uma elevada repercussão, após a indicação de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Ao estudar as comunidades virtuais negacionistas, foi possível notar que as principais ideias levantadas nesse livro, estão presentes e são circuladas pelos negacionistas nas redes sociais. Isso facilitou o estabelecimento do recorte dessa investigação, ao identificar que as ideias mais compartilhadas por esses grupos, apresentam uma correspondência com os dados divulgados pelo livro escrito por Ustra.

Atenta à repercussão do livro produzido por Ustra, em seu texto, “A negação da história: discursos negacionistas sobre o passado na contemporaneidade”, Carla Santiago pontua da seguinte maneira:

“Outro importante exemplo é o negacionismo sobre a ditadura militar, que já se difunde, no Brasil, junto aos grupos politicamente conservadores há cerca de trinta anos. Marco importante neste movimento é o lançamento, em 2006, do livro *A verdade sufocada – A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, escrito pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Apresentando-se como uma contraposição de uma historiografia tida como de esquerda, e colocando-se como uma outra interpretação da História, este livro contém as bases do negacionismo, ocultando o uso sistemático da tortura e os desaparecimentos políticos ocorridos após o Golpe de 1964. (...) a figura do coronel Ustra e seu livro têm sido positivamente exaltados, nos últimos anos, o que resultou em várias reedições da obra em questão” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 63).

Antes de apresentar e analisar as ideias negacionistas compartilhadas no espaço virtual, é importante pontuar que as condições de circulação do negacionismo histórico sobre o Regime Militar, que já estava presente antes do surgimento das redes sociais, também constituem um reflexo de uma incompleta responsabilização histórica, ocorrente através das políticas de memórias realizadas no processo de desfecho do Regime Militar, no Brasil.

Em sua obra “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, Marcos Napolitano ressaltava a importante separação entre a “história oficial” (representada pelas memórias e narrativas dos

militares) e a “memória hegemônica” (representada pelos grupos de oposição) sobre o Regime Militar. Segundo o autor:

“A memória, um tanto errática e fragmentada, sobre o golpe e o regime militar foi o resultado lógico e simbólico desta divisão, não apenas entre esquerda e direita, mas dentro de ambas as correntes ideológicas básicas. A cacofonia de vozes críticas da sociedade sobre os acontecimentos que estão na origem do regime começa a sofrer, paulatinamente, um processo de reconstrução em meados nos anos 1970, concomitante à política de “distensão e abertura”. Poderíamos definir o resultado desse processo como a afirmação de uma memória hegemônica sobre a ditadura, que não deve ser confundida com uma história oficial. Esta é fruto de uma simbiose entre a memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado e deve ser produzida e sancionada por historiadores de ofício em instituições legitimadas pelo poder. A história oficial faz com que o discurso das elites sociais e políticas seja mais ou menos homogêneo sobre um período histórico, admitindo-se pequenas nuances interpretativas. A memória hegemônica sobre o golpe (e sobre o regime como um todo) é exatamente o contrário disso, criando um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na “sociedade civil” e atuavam sob o signo da “resistência” (Napolitano, 2020a, p. 315-316).

Ao estudar esse período, percebe-se que a construção da memória sobre o Regime Militar foi difícil e confusa, uma vez que – para “pacificar” e “reconciliar” a sociedade brasileira – elementos problemáticos e graves da Ditadura Civil-Militar foram silenciados. De acordo com as palavras de Napolitano:

“Nos anos 1970, (...) parte da elite econômica rompeu com o regime, criticando, sobretudo, o estatismo e o burocratismo da política econômica. Assim, lideranças liberais, políticas e empresariais adensaram um discurso oposicionista e crítico ao regime, incorporando inclusive elementos do discurso da esquerda moderada, ou seja, aquela que não advogava a luta armada e a radicalização das ações de massa. Essa dissociação permitiu a construção progressiva de um discurso crítico sobre o regime que logo se transformou em memória hegemônica e que fez convergir elementos do liberalismo com a crítica de esquerda. A melhor expressão dessa convergência é a relação ambígua da imprensa liberal, a mesma que pediu a cabeça de Goulart em 1964, com o regime. Depois do AI-5, a tortura e a falta de liberdades civis tornaram-se um problema, toleradas porque a ameaça da guerrilha era maior. Ao mesmo tempo, essa imprensa

consagrou a cultura de esquerda e algumas vozes intelectuais críticas ao regime, construindo uma arquitetura da memória com elementos da crítica liberal e da crítica de esquerda (...). Dessa convergência improvável, entre liberais dissidentes e comunistas críticos, nasceu a memória hegemônica sobre o regime militar. Para os primeiros, funcionou como álibi para eximirem-se das responsabilidades históricas na construção de um regime autoritário e violento. Para os segundos, funcionava dentro da estratégia de “ocupar espaços”, denunciar e deslegitimar a ditadura” (Napolitano, 2020a, p. 316-317).

Analisando esse contexto, Caroline Bauer levanta pontos semelhantes em relação aos destacados por Napolitano. Em seu texto, “Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar”, a autora observa o processo de encerramento da Ditadura Civil-Militar brasileira, defendendo que as medidas de responsabilização dos crimes foram fracas, estando orientadas pela “ideologia da reconciliação”. Segundo a autora, “forjou-se durante esse processo a chamada “ideologia da reconciliação”, baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio. A premissa de que não se pode construir uma democracia baseada no esquecimento não foi levada em consideração nesse período” (Bauer, 2014, p. 151).

Sem o estabelecimento dos devidos processos de reparação, Bauer aponta que “a “ideologia da reconciliação” teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio (...)” (Bauer, 2014, p. 152).

Mais a frente em seu texto, Bauer mostra que a “ideologia da conciliação” se materializou através da “Lei da Anistia”, promulgada em 28 de agosto de 1979. De acordo com a autora, “embora se trate de uma medida jurídica que impede o processamento penal, instituindo um perdão punitivo, essa lei, ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbrincados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura “página virada” (...)” (Bauer, 2014, p. 153).

Dessa forma, a “ideologia da reconciliação” gerou muitos prejuízos às memórias mais críticas sobre a Ditadura, criando um espaço (que não deveria existir) para que grupos favoráveis ao Regime Militar também gozassem de certa “legitimidade” ou “credibilidade”.

Com o passar do tempo, já na “Nova República”, esforços foram realizados pelo Governo Lula e pela “Comissão Nacional da Verdade”, na busca por justiça e reparação por meio dos testemunhos sobre o período relacionado ao Regime Militar. Mesmo com alguns avanços e vitórias conquistados pelas alas mais críticas à Ditadura Civil-Militar brasileira, com o advento da *internet* e das redes sociais, as ideias negacionistas passaram a ocupar mais espaço, questionando – através de mentiras e erros – a “memória hegemônica” constituída até então.

Em sua obra, “A memória, a história, o esquecimento”, Ricouer pontua que “tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica” (Ricouer, 2007, p. 455).

Esse fragmento levanta questões importantes à reflexão sobre as comunidades virtuais negacionistas. A identidade formada por elas revela-se fraca, sendo evidenciada na necessidade dessas comunidades em manipular a memória, a fim de fortalecer a sua própria visão ideológica. O negacionismo histórico articulado ao pensamento reacionário distorcem o conhecimento sobre o passado, criando assim uma narrativa fictícia e, plenamente, arbitrária.

Uma narrativa que também é produto de uma série de abusos da memória, assim como do esquecimento, levando em consideração o processo de construção da memória sobre o Regime Militar. Em seu livro, Ricouer questiona:

“Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa” (Ricouer, 2007, p. 455).

Uma das principais características das fontes negacionistas, corresponde ao caráter seletivo em suas produções. Os textos do Ustra, que inspiraram grande parte das comunidades virtuais negacionistas, evidenciam a elevada frequência de silenciamento (ou “esquecimento”) de dados importantes sobre o passado, ao mesmo tempo em que reforçam elementos mais convenientes (e, obviamente, equivocados). Essa é mais uma prova de que os negacionistas abusam da memória, desinformando o público nas redes sociais.

Mais à frente, analisando as estratégias do esquecimento, Ricouer destaca um ponto central, afirmando que “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (Ricouer,

2007, p. 455). Este fragmento define, exatamente, o que os negacionistas fazem (o que também será mostrado e exemplificado, posteriormente, nessa dissertação).

Com as questões introdutórias expostas e analisadas, uma questão deve ser realizada: um negacionista pode ser considerado um “intelectual”?

Para auxiliar na resposta para a pergunta acima, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen destacam o teor polissêmico do conceito de “intelectual”. De acordo com as autoras:

“Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluido e polissêmico (...)” (Gomes; Hansen, 2016, p. 12).

Tendo como base uma visão mais acadêmica, que tem como fundamento o rigor nos estudos científicos, é óbvio que um negacionista não pode ser considerado um intelectual, uma vez que ele próprio nega o conhecimento, concorrendo mais à *agnogênese*¹³ do que à construção do saber (fato que, provavelmente, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen concordariam, a partir de sua argumentação sobre o que constitui um intelectual).

No entanto, ao tomar como base o sistema de referências de uma comunidade negacionista, nota-se que os critérios que validam se o sujeito é ou não um intelectual, são variados em relação ao que se observa no campo acadêmico. No interior dela, existem “porta-vozes” como *Youtubers* conservadores famosos ou autores de *blogs* com elevada popularidade, os quais – a partir de sua retórica – recebem um *status* de “intelectual” e “formador de opinião”.

Com base nesses elementos, conforme bem observam Gomes e Hansen, a reflexão histórica sobre os *intelectuais* exige a historicidade necessária, a fim de que a observação seja coerente e garanta sentido à investigação. A partir disso, as autoras escrevem:

“Assim, uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade, está associada ao desenvolvimento do que se tornou conhecido como história cultural e, afiliada a esta, como “nova” história política (...). Assim, vale ressaltar que ocorre, de um lado, um “desencantamento” da figura do intelectual como gênio, fator explicativo de transformações culturais, científicas e artísticas, tratamento que, justificadamente, gerava suspeitas entre historiadores. De outro, aumentam os esforços para a construção de novas categorias ou para uma retomada de categorias com sentidos renovados, que

¹³ Conceito cujo significado corresponde à produção deliberada e intencional da desinformação, assim como do erro.

pudessem enriquecer o tratamento dado a esses sujeitos históricos nomeados como intelectuais. Tais categorias, contudo, não podiam ser mais consideradas universalmente válidas e, principalmente, não podiam ser reduzidas, anacronicamente, ao que se pensa sobre os intelectuais, no momento em que a análise é realizada pelo historiador ou cientista social. (...) questões como a das condições de produção político-social de ideias tornam-se absolutamente relevantes, ao lado da importância das tradições intelectuais, dos paradigmas vigentes em dado contexto cultural, bem como das linguagens e do vocabulário (científico e artístico) disponíveis, além das sensibilidades compartilhadas por indivíduos e grupos de intelectuais. O que se deseja destacar, nesse grande movimento, é a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo ou da “visão de mundo” dos intelectuais, cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo” (Gomes; Hansen, 2016, p. 11-12).

Não é possível afirmar um diálogo (uma vez que os negacionistas têm uma fraca disposição para isso), mas é a partir do embate com as questões políticas e sociais do presente, que esses grupos passaram a se organizar, construindo a sua identidade e compartilhando as suas ideias, nas redes sociais. A principal intenção dos negacionistas, no que diz respeito à história do Brasil, é somente uma: monopolizar as narrativas sobre o passado brasileiro (as ideias de Ustra reverberadas pelos seus seguidores nas redes sociais, demonstram essa intenção).

Entre os negacionistas, ainda há um elemento mais crítico, que envolve as suas ações nas redes sociais: a defesa de um “autodidatismo”, sem qualquer fundamentação teórica mais crítica. Em outras palavras, principalmente, entre os seguidores ou “discípulos” dos “mestres-intelectuais” negacionistas, há uma percepção muito equivocada sobre a produção do conhecimento. Ao receber um vídeo no *Facebook*, o público que participa do processo de criação e transmissão das ideias negacionistas, entende-se não somente como um receptor, mas também como um potencial produtor de “conhecimento” e “informação” (na realidade, desconhecimento e desinformação), que também pode criar uma página em uma rede social e ter muitos seguidores fiéis, tornando-se assim um “mestre” negacionista.

Observando a questão da recepção cultural e a formação do público em determinado contexto, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen afirmam:

“Os estudos de recepção cultural reforçam essa abordagem, ao insistir que não há sujeito ou público passivo, e não importa idade, gênero, grau de instrução, condições socioeconômicas, acesso à informação etc. Todo leitor, ouvinte, espectador, aluno etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida (...). (...) o receptor, nada passivo, é um sujeito que, simultaneamente, pode aderir e subverter os sentidos de uma mensagem, por estratégias de seleção e usos, dialogando, na maioria das vezes sem saber, com as intenções dos “criadores” (Gomes; Hansen, 2016, p. 15-16).

Atento à expansão do negacionismo histórico no *ciberespaço*, Marcos Napolitano aponta que “no fim da primeira década do século XXI, a memória hegemônica do Regime Militar começou a ser questionada por outras memórias, muitas delas até então vividas no plano privado ou em grupos sociais restritos (como nos Clubes Militares ou nichos virtuais da extrema-direita)” (Napolitano, 2020b, p. 37). Mais à frente, em seu estudo, ele complementa:

“Memória sem lugar institucional dos nostálgicos da ditadura, mas com ampla difusão social a partir das redes sociais e espaços virtuais na internet, e que vem reclamando legitimidade no seio do debate público e acadêmico” (Napolitano, 2020b, p. 38).

No *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, é possível compreender o caráter *relacional* do poder. A partir da argumentação presente nessa obra, nota-se que o poder só é poder, a partir da relação entre duas ou mais pessoas, desde que estejam ligadas por algum laço de dependência, por exemplo, a terra e o dinheiro, lembrando que o poder não se restringe à *coisa* ou ao *objeto*, mas se constitui na própria *relação* entre os sujeitos (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004, p. 933-934).

No caso das redes sociais, em específico, a informação não é somente um meio pelo qual os indivíduos se relacionam, mas também se revela como o principal objeto de disputas pelo poder entre diferentes comunidades virtuais. A partir da obtenção e transmissão das informações, diversos grupos buscam a hegemonia no campo das narrativas e dos discursos, condição que garante ao sujeito hegemônico o *status* de “detentor ou *guardião* da verdade”, no espaço virtual. Nos últimos anos, foi possível notar um elevado crescimento de grupos negacionistas nas redes sociais, os quais procuram *monopolizar* o domínio da informação, a fim de concentrar e exercer, de forma arbitrária, o poder (referente ao conhecimento) sobre os usuários das redes sociais.

A relação entre os negacionistas e o público que frequenta os espaços virtuais, produz uma série de elementos negativos como a desinformação, os discursos falaciosos, as narrativas sem qualquer fundamentação teórica, entre outros.

A partir disso, durante a investigação sobre o negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais, foi possível notar inúmeras ideias e informações erradas compartilhadas pelas comunidades virtuais negacionistas. Dentre elas, as principais e mais frequentes, ressaltando os seus respectivos elos com os dados divulgados por Ustra em seu livro anteriormente citado, foram: as “falsidades da esquerda” contra as memórias dos militares; “Goulart era um comunista”; “não existiu um golpe, mas sim uma Revolução”; “os militares defenderam a democracia”; “não houve torturas” contra os opositores do Regime Militar; “a esquerda era terrorista”; “o passado glorioso do Regime Militar”.

Iniciando pela ideia de que “a esquerda produziu falsidades” contra as memórias dos militares, o próprio subtítulo do livro escrito por Ustra, “A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”¹⁴, garante o tom predominante segundo o qual as comunidades virtuais negacionistas se movimentam, indicando que existe um rival a ser questionado e atacado, no que tange à disputa pela narração do período relacionado ao Regime Militar.

Assumindo uma postura quase “religiosa”, esses grupos se veem como “guerreiros” em uma “Cruzada” contra as “forças comunistas” e o suposto “estrago” que causaram sobre as mentes da juventude brasileira, a qual foi “manipulada” e “seduzida” pela memória mais crítica sobre o Regime Militar. Seguindo a mesma linha utilizada por Ustra de nomear e buscar a perseguição contra os opositores¹⁵, as comunidades virtuais negacionistas elegeram como os principais sujeitos responsáveis pelas “falsidades da esquerda”, os professores (principalmente, de História), os jornalistas (de veículos relacionados à “grande Mídia”, tais como a Globo, a Folha de São Paulo, entre outros), além dos nomes que, frequentemente, aparecem e geram um “elevado terror” entre os usuários: o MST, o Foro de SP, o PT, entre outros.

Além de *nostálgica*, a memória dos negacionistas também é *neurótica*. Para esses indivíduos, o inimigo dos anos 60, o “comunismo”, “ainda está vivo e fortalecido o suficiente para realizar um golpe no Brasil”. Esta obsessão é o motor das comunidades negacionistas, que

¹⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 1).

¹⁵ Criando um movimento de “vigilância” que, posteriormente, será analisado nessa dissertação.

alimentam o medo e o pânico das pessoas influenciadas pelas suas narrativas, atuando como uma ferramenta que legitima e justifica o pensamento reacionário crescente no país. Analisando essa importante questão, Marcos Napolitano escreve da seguinte maneira:

“A memória neurótica da história, sobretudo quando ganha a esfera pública e demanda respeitabilidade no debate sobre o passado, apresenta uma série de questões novas aos historiadores. Primeiro, o fenômeno do “negacionismo”, filho bastardo do silêncio do perpetrador que já não mais se sustenta. Segundo, esta narrativa neurótica oscila entre a consciência (recalcada) de culpa e a ausência de culpa (...). Mas vale lembrar que a consciência da culpa do perpetrador e seus herdeiros também é impedida pela neurose obsessiva que repõe o passado recalcado: o inimigo ainda está vivo, e quer nos destruir, ele está em toda a parte, e representa a violação dos valores primordiais da “nossa” sociedade. A tese da extrema direita civil e militar brasileira, por exemplo, ainda enxergando perigosos comunistas em todos os espaços sociais, e operando dentro dos marcos anacrônicos da “luta contra a subversão” é o exemplo mais delineado desta memória neurótica. Quando esta memória se conecta aos medos e às neuroses sociais do presente – como o medo social diante da criminalidade ou dos comportamentos desviantes da moral convencional e normativa – ganha um potencial disruptivo, capaz de eleger um presidente da República que é um dos exemplos de rompimento dos tabus, afirmando sem maiores pudores que o grande erro da ditadura é que ela “torturou ao invés de matar”, e assim permitiu a continuidade de ação do “inimigo” (Napolitano, 2020b, p. 42-43).

“Inimigo” que, segundo as comunidades virtuais negacionistas, iniciou um processo de “distorção” acerca do passado relacionado ao Regime Militar, a partir do encerramento da Ditadura. Algo que se observa com frequência entre esses grupos, é o discurso de que os militares estavam “dispostos a estabelecer a paz”, mas “a esquerda desejou continuar com os conflitos”, “inventando” crimes, a fim de “obter vantagens e benefícios políticos”, no início da Nova República. Para eles, houve uma “total inversão de valores”, uma vez que os “terroristas de esquerda” foram definidos como os “heróis”, e não os militares.

Atento ao ressentimento presente nas memórias e nos relatos dos militares golpistas, Napolitano pontua que “os militares da geração de 1964 – triunfantes na política, vitoriosos nas armas contra a guerrilha, donos do Estado por mais de vinte anos – são profundamente ressentidos. Ao perderem a batalha da memória os militares se tornaram vilões de um enredo no qual se supunham heróis” (Napolitano, 2020a, p. 317).

Com o enfraquecimento da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a Imprensa e os demais setores civis se uniram na busca por justiça em relação aos inúmeros crimes praticados pelos militares. Diante disso, sujeitos como Ustra e seus companheiros se viram “injustiçados” com tantas “mentiras” ditas pelos opositores, tentando mostrar o seu lado da história, o qual não encontrou espaço na opinião pública nesse momento. Contudo, com o passar do tempo, começaram a surgir alguns grupos sustentadores do negacionismo (especialmente, as comunidades virtuais negacionistas), que se tornaram a continuidade da voz dos repressores e opressores presentes no Regime Militar. Pra piorar, com um alcance muito maior nas redes sociais.

A desinformação espalhada em 1964 tem sido propagada em diferentes partes das redes sociais. Algo que era muito repetido nesse período, a ideia de que “Goulart era um comunista”, abrindo espaço – em seu governo – para uma “revolução da esquerda”, circula – incessantemente – entre as comunidades virtuais negacionistas. Para sustentar essa visão falsa e equivocada, utilizam como “provas”¹⁶ a “proximidade do Brasil com a URSS” e o “consequente crescimento da mobilização dos revolucionários no Brasil”, o “aumento do Progressismo”, a “invasão dos comunistas nos Três Poderes do Brasil” e o “aumento das chances da instauração de uma “República Sindicalista”. Com base nesses elementos, assim como Ustra faz em seu livro¹⁷, as comunidades virtuais negacionistas tentam produzir um clima de pânico e desconforto, transmitindo-o para os usuários das redes sociais, a fim de conduzi-los a uma certa complacência ao golpe ou à intervenção militar.

Antes de estabelecer um contraponto em relação às ideias negacionistas destacadas acima, é importante ressaltar uma questão importante: o uso do termo “ideologia” pelos grupos negacionistas, a fim de sustentar uma suposta “credibilidade” em torno da extrema-direita (seja no passado, seja no presente). Em sua obra, *“La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX”*, Traverso estuda o rótulo denominado como “ideocracia”, imposto pelos historiadores “anticomunistas” sobre os governos liderados pela esquerda, entendidos como regimes fundados “em uma ideologia” (Traverso, 2012, p. 73). Os negacionistas utilizam bastante essa equivocada linha de raciocínio, a fim de deslegitimar seus adversários políticos, já que eles são orientados por “um viés ideológico”. Em outras palavras, os rivais desses grupos reacionários

¹⁶ A definição de “prova”, segundo a visão desses grupos negacionistas, será – posteriormente – analisada nessa dissertação, no momento de observação sobre o *modus operandi* negacionista.

¹⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 62-66, 67-68, 73, 75-76, 77, 83, 84, 125).

“não merecem qualquer atenção ou credibilidade”, já que os seus fundamentos e princípios são “falsos”, assim como “parciais” e “mentirosos”. No entanto, o que muitos deles fingem não ver ou esquecem propositalmente, é o fato de que não há governos sem relações com alguma ideologia e que a própria ação desses grupos também é fundada em bases ideológicas.

O ato de perseguir e silenciar ideias contrárias, ao mesmo tempo em que se promove os elementos ideológicos do próprio grupo, encontrou forma e expressão na tese do “inimigo interno”. Com as bandeiras do “anticomunismo” em mãos, as alas golpistas de 1964 e as atuais comunidades virtuais negacionistas se unem na “missão” de “derrotar” qualquer sinal de “avanço esquerdista” sobre a sociedade brasileira. Em seu estudo, Napolitano aponta que “o quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. Desde 1947, boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo “cristão e Ocidental” liderado pelos Estados Unidos contra a suposta “expansão soviética”. A partir da Revolução Cubana, em 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria. Este pensamento, alinhado à “contenção” do comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra. A DSN surgiu no segundo pós-guerra, sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e tem suas origens na Doutrina de Contenção do Comunismo internacional, também conhecida como Doutrina Truman (...). Nesta perspectiva, os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados ao bloco capitalista liderado pelos EUA deveriam, primordialmente, cuidar da defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada”. A fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um “inimigo interno”, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo. A Escola Superior de Guerra, criada no Brasil em 1949, foi um dos focos de disseminação e aperfeiçoamento dessa doutrina (...)” (Napolitano, 2020b, p. 10).

Já ressaltado anteriormente, existe um elemento que une o pensamento dos golpistas de 1964 com as atuais comunidades virtuais negacionistas: a *neurose* que permeia a crença de que há um “plano comunista” para “controlar e dominar o Brasil”. O argumento da “infiltração comunista” em diferentes setores da sociedade brasileira, resguardadas as devidas diferenças entre os contextos aqui analisados, também está presente na visão negacionista atual, a partir do momento em que esses grupos acreditam – fielmente – que o país se encontra “em perigo” e está

“vulnerável ao avanço comunista”. Sendo assim, eles entendem que as redes sociais constituem um espaço fundamental para “barrar a esquerda” no país.

Tratando sobre o que, de fato, ocorreu em 1964 e nos anos anteriores, Napolitano destaca um ponto central (que os negacionistas distorcem ou silenciam): o golpe não foi produto das políticas implementadas no governo de Goulart, mas sim planejado, há muito tempo, pelas elites conservadoras interessadas na tomada do poder brasileiro. De acordo com as palavras do autor:

“Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais” (Napolitano, 2020b, p. 9-10).

Mais a frente, Napolitano complementa:

“O que se seguiu ao golpe civil-militar das direitas contra a agenda reformista foi a afirmação de outro modelo político e ideológico de sociedade e de Estado, esboçado bem antes do golpe: a modernização socioeconômica do país e a construção no longo prazo de uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares, em nome do “partido da ordem” (Napolitano, 2020a, p. 17-18).

As classes privilegiadas viam na agenda adotada por Goulart uma “ameaça”, já que havia uma maior proximidade com as demandas populares. A “ideologia comunista” que tanto causava medo nesses grupos, era “evidenciada” – de forma muito superficial e equivocada – em uma agenda que almejava um maior fortalecimento da democracia. Segundo Napolitano, “a virtude principal do governo Jango, ao menos se quisermos manter uma perspectiva progressista, foi revisar a agenda da política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. Reiteramos, tratava-se mais de uma *agenda* do que, propriamente, de um *projeto* político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política. Entretanto, em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos 1950, alimentado pelo medo do comunismo

nos marcos da Guerra Fria, como o eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo” (Napolitano, 2020a, p. 17).

A “certeza” de que “Goulart era um comunista”, fazendo com que o Brasil “abrisse caminho para uma tomada do poder pela esquerda”, gerou a ideia de que “não existiu um golpe, mas sim uma Revolução realizada pelos militares, a fim de proteger o país”. Essas “equações” que os negacionistas elaboram a partir de um profundo anacronismo, além de equivocadas articulações de dados históricos, aparecem com bastante frequência nas redes sociais. Observando como o negacionismo histórico se expressa em diferentes partes do passado, ao analisar os textos de Patrice Gueniffey,¹⁸ Traverso identifica um equívoco na produção desse autor, que consiste na articulação de dados do passado sem qualquer relação, por exemplo, o número de mortes no governo jacobino e no bolchevique, tentando criar uma “proximidade ideológica” que “causariam as mesmas consequências” (Traverso, 2012, p. 78). Semelhantemente, os negacionistas brasileiros fazem essa articulação equivocada, principalmente, entre a esquerda brasileira dos anos 60 e os integrantes da União Soviética. A mais simples “simpatia” ao “perigo vermelho”, já é a “prova” de que, “se os militares não tivessem se movimentado, o Brasil teria caído na violência desordenada da esquerda”. Equívocos e informações erradas como estas acima, são frutos de um tratamento ideológico sobre o passado, que anula qualquer fundamento básico da ciência histórica (como a contextualização de um evento ou ação de um grupo em determinado espaço), concorrendo assim à expansão e ao fortalecimento de uma memória *neurótica* sobre o Regime Militar, sobretudo, nas redes sociais.

Em seu livro, Ustra tenta enaltecer o papel dos militares e dos setores que os apoiaram, no golpe de 1964. Além disso, percebe-se a insistência do autor em afirmar que “não houve nenhuma atitude reprovável dos militares”, enquanto “a esquerda praticava inúmeros atos ilegais para pará-los”. Em alguns momentos, Ustra questiona as autoridades e outros órgãos vigentes sobre a “falta de consideração” aos militares que morreram durante o regime militar, tentando “salvar o país de um mal maior”.¹⁹ Essas ideias falsas têm sido, amplamente, propagadas nas redes sociais, procurando fazer com que se cresça uma imagem mais “heroica” dos militares, sustentando a ideia de uma “Revolução realizada pelos militares”.

¹⁸ De acordo com Enzo Traverso, Patrice Gueniffey foi um autor e discípulo de Furet, que teve como objeto dos seus estudos o “Terror jacobino” (Traverso, 2012, p. 78).

¹⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 89-91, 92, 94-95).

No capítulo três de sua obra, Traverso traz um importante debate sobre o uso da ideia de “revolução” e como ela é utilizada, de forma equivocada, por determinados autores que viam no fascismo um teor “revolucionário”. Tendo em mente que se trata de contextos completamente diferentes entre si (o contexto europeu observado por Traverso e o brasileiro analisado nessa dissertação), o uso da ideia de “revolução” pelos grupos que negam os fatos relacionados ao Regime Militar, também revela aspectos equivocados e não objetivos sobre o passado brasileiro. Como bem Traverso aponta em sua argumentação, uma das evidências de que não houve revolução entre os fascismos, é a ausência de transformação da estrutura econômica dos respectivos Estados que adotaram esse sistema político (Traverso, 2012, p. 131). Semelhantemente, o processo histórico envolvendo o Regime Militar no Brasil também não manifesta transformações na estrutura econômica, mas – sobretudo – a continuidade das políticas econômicas aplicadas anteriormente. Entre os negacionistas, não há clareza, nem uma compreensão mais crítica e contextualizada sobre as ideias ou os conceitos históricos. A subjetividade e a nítida influência ideológica que carregam, influenciam – diretamente – no modo com que apreendem e compreendem, nesse caso, a ideia de “revolução”, afastando-se totalmente do sentido real do termo e impondo a ele visões equivocadas. Os negacionistas não veem a “revolução” como um momento de ruptura, uma fase de profundas transformações em determinada sociedade, mas sim como um “evento heroico e glorioso”, que foi obtido através da “vitória dos seus heróis nas batalhas” (nesse caso, os militares contra os “comunistas”, em 31 de março de 1964).

Identificando esse aspecto na memória dos militares golpistas, Napolitano pontua da seguinte maneira:

“Golpes de Estado, guerras civis, revoluções e ditaduras constituem, obviamente, momentos particularmente traumáticos na história das sociedades. Expressões de profundas divisões ideológicas no corpo social e político de uma nação, aqueles que saem vencedores desses processos fazem um grande esforço para reescrever a história, justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos. Os regimes que emergem desses eventos precisam da história para se justificar. Se revolucionários, precisam explicar a ruptura e buscar no passado as raízes da nova sociedade que pretendem construir. Se conservadores, eles precisam justificar a ruptura como forma de manter os valores dominantes, as hierarquias e as instituições vigentes na sociedade, regenerando-as e afastando o que julgam ser ameaças à ordem

tradicional. O curioso é que regime militar implantado em 1964 tentou mesclar em seu discurso legitimador os dois elementos” (Napolitano, 2020a, p. 313).

Articulada à ideia de que os militares “realizaram uma Revolução”, está a afirmação de que eles também “defenderam a democracia”, durante os anos de vigência do Regime Militar. O falso dado de que a “esquerda só pode gerar governos ditatoriais”, produz outro equívoco: se os militares estavam combatendo a esquerda, logo, “eles estavam ao lado da democracia brasileira”. Esta ideia é compartilhada, diversas vezes, nas redes sociais, sustentando que os militares desejavam realizar um “bom trabalho”, mas os “comunistas sempre buscaram atrapalhar os seus intentos, com as desculpas da redemocratização”. Bebendo da fonte de Ustra²⁰, os grupos negacionistas buscam transmitir a falsa informação de que o Regime Militar era o “guardião da democracia”, enquanto os “opositores revolucionários buscavam o contrário disso”.

É curioso observar que até movimentos importantes e decisivos ao estabelecimento da Democracia, como a “Diretas Já” e o processo de abertura política com o retorno do pluripartidarismo, são vistos como “instrumentos dos guerrilheiros”, os quais – de acordo com a visão negacionista – “ainda planejam tomar o poder brasileiro e instaurar uma ditadura comunista”. Do outro lado, sempre estiveram os militares – “heróis” e “injustiçados” – que “providenciaram o caminho à democracia”, ao contrário do que a Academia, a Imprensa, entre outros setores afirmam sobre esse período.

Contudo, as próprias comunidades virtuais negacionistas precisam lidar com as suas inúmeras contradições. É comum ver o questionamento de alguns usuários corajosos, que fazem perguntas na aba de comentários das publicações negacionistas, tais como: “se os militares estavam ao lado da Democracia, por que o AI-5 foi aprovado e colocado em prática, anulando as liberdades da população brasileira?” As respostas desses grupos negacionistas, geralmente, restringem-se a um “fatalismo”, defendendo que as repressões e as violências praticadas pelos militares foram “necessárias”, ao mesmo tempo mantendo a ressalva de que eles “não queriam agir desse modo”.

Já citada anteriormente nessa dissertação, em seu texto, “A negação da história: discursos negacionistas sobre o passado na contemporaneidade”, Carla Santiago ressalta dados muito importantes:

²⁰ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 114, 127, 252-253, 268, 436, 442).

“Na estrutura argumentativa negacionista, pode-se identificar, muitas vezes, que a perspectiva temporal utilizada é apresentada como determinista e fatalista; ou seja, argumenta-se, diante dos acontecimentos que estão sendo narrados, que “as coisas tinham que ser assim” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 66).

Diante disso, logo surge outra contradição que também é apontada por determinados usuários nas redes sociais, estabelecendo um contraponto à visão negacionista: “se a repressão foi necessária, logo, as violências e as torturas também ocorreram?” É a partir dessa pergunta, que os negacionistas encontram uma elevada dificuldade em responder.

Dificuldade que, aparentemente, não foi sentida por Ustra, ao afirmar – de maneira absurda – que os militares “sempre trataram os opositores de forma humana e equilibrada”. Reagindo a discursos como os realizados por Dom Frei Paulo Evaristo Arns, que afirmava que os opositores ao regime militar confessavam determinados crimes sob tortura, Ustra tentou se defender em seu livro, escrevendo que “não houve torturas praticadas no Regime Militar”. Ao contrário, havia uma “preocupação” com a “reabilitação” dos “rebeldes” presos, ao invés de sua punição.²¹

A tentativa de passar para o leitor uma “maior humanidade” existente entre os militares, também é observada em algumas páginas negacionistas no Facebook, assim como em alguns canais negacionistas no Youtube, ao mostrar vídeos e fotografias que buscam transmitir para os usuários das redes sociais, uma imagem mais “dócil” dos militares presentes no Regime Militar.

Ainda em seu livro, Ustra chega a afirmar que o DOI-CODI²² era um “bom lugar” para ficar, narrando o caso de uma opositora presa, que pediu a ele para continuar ali, porque ela era “bem tratada” nesse espaço.²³ O DOI-CODI, no pensamento de Ustra, assim como dos negacionistas, foi um “instrumento necessário” que desempenhava uma função “moral”, “muito distante” das informações que a esquerda afirmou sobre esse órgão. As estatísticas apresentadas em diversos estudos acadêmicos, para esses grupos favoráveis ao Regime Militar, revelam-se “tendenciosas”, constituindo assim um elevado esforço de negação dos crimes cometidos por esse

²¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 421, 422-423, 429-430).

²² “Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna”, órgão que funcionou durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, responsável pela repressão e perseguição contra os opositores do Regime Militar.

²³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 388-390, 391, 393).

órgão.²⁴ Dentre elas, destacam-se os números relacionados às torturas e às mortes existentes nos interrogatórios realizados no DOI-CODI, que são negados por Ustra e pelos grupos negacionistas, defendendo que esses momentos eram “tranquilos” e “humanos”.

A partir desse pensamento falso e errado, portanto, a culpa das mortes dos opositores “não foi dos militares”, mas sim das “fracas lideranças dos grupos revolucionários”, da “bala perdida que, sem querer, acertava um preso fugitivo”, ou até de Marighella que morreu “porque reagiu”, e não por causa de uma emboscada montada pelos militares. Essas justificativas ilustram, de forma clara, a postura negacionista dos grupos favoráveis ao Regime Militar.

Outra ideia central do negacionismo histórico sobre o Regime Militar, refere-se à equivocada afirmação de que “a esquerda era terrorista” e “desejava causar a desordem no país”. Nas redes sociais, foi possível identificar uma forte defesa de que não houve uma resistência dos opositores do regime, almejando o retorno da Democracia, mas sim um “radicalismo” que “ansiava pela “ditadura do proletariado”. Sendo assim, de acordo com o pensamento negacionista, a luta dos militares era “legítima”, enquanto a dos opositores era “injusta e sanguinária”.

Ligado aos elementos acima destacados, a afirmação de que “os estudantes eram verdadeiros terroristas” e não “jovens frágeis” como a Imprensa brasileira afirmou e ainda afirma, também circula entre as comunidades virtuais negacionistas. Em seu livro, Ustra tenta convencer o leitor, ao narrar um caso de um jovem que havia sido preso, por ter executado um tenente. De acordo com as suas palavras, o jovem “tremia de medo”, porque tinha medo de ser “justiçado” pelos seus companheiros de luta, se fosse liberado da prisão.²⁵

Ao analisar as ideias compartilhadas por Ustra e pelos grupos negacionistas, percebe-se que elas também servem de base à “teoria dos dois demônios” (a qual já foi citada anteriormente, nessa dissertação), presente tanto nas narrativas negacionistas, quanto nas visões de alguns sujeitos que insistem em igualar, negativamente, as ações dos militares e dos opositores, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

No entanto, para os negacionistas, “apesar dos excessos necessários” dos militares, o Regime Militar constituiu um “passado glorioso” da história brasileira. Das “eficientes” políticas e medidas do governo militar, que garantiram uma “elevada paz e prosperidade” para o país, até

²⁴ No interior dessas estatísticas, há a triste lembrança da morte de Vladimir Herzog que, segundo Ustra e as demais comunidades virtuais negacionistas, “cometeu um suicídio”.

²⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007 (p. 263, 351).

governantes como Médici que a sociedade clamava pela sua continuidade, por ele ser “tão bom” para todos, constituem alguns exemplos da desinformação que circula nas redes sociais, evidenciando – mais uma vez – a tentativa de enaltecer o período relacionado ao Regime Militar.

Destacado anteriormente nessa dissertação, o teor das memórias e lembranças, que fundamentam a narrativa negacionista, é *nostálgico*, uma vez que seus propagadores concebem o período do Regime Militar como a “melhor fase” da história brasileira. É certo que essa afirmação não parte de uma visão objetiva, baseada na ciência histórica. Ao contrário, o seu sentido é puramente retórico, com um elevadíssimo conteúdo ideológico e repleto de juízos de valor. O foco não é a construção do saber histórico, visando contribuir – positivamente – ao debate sobre o passado brasileiro. O objetivo dos negacionistas é o controle, o poder, a hegemonia na disputa de narrativas relacionada à Ditadura Civil-Militar.

“Heroísmo, vitórias e glórias” são palavras que, na maioria das vezes, aparecem nos discursos negacionistas sobre o Regime Militar, difundidas nas redes sociais. O ponto central é que elas não surgem por acaso. Pelo contrário, a ânsia pelo poder manifestada por esses grupos, reflete na própria linguagem utilizada pelos seus integrantes, construída – estrategicamente – para a disputa e o controle das narrativas. O uso dessas palavras e o posicionamento delas nas produções negacionistas (textos, imagens, vídeos, entre outras), expõe a intenção daqueles que buscam distorcer o conhecimento sobre o passado brasileiro.

Analisando as produções negacionistas que circulam nas redes sociais, foi possível notar que, considerável parte delas, corresponde a um conjunto de fontes orais referentes ao período do Regime Militar. Assim como se observa a partir do elevado uso de testemunhos orais no livro produzido por Ustra, a afirmação “eu estava lá e vi, logo, eu sei o que ocorreu”, constitui-se como uma das principais bases da retórica negacionista, presente nas redes sociais.

Retornando à obra, “*La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*”, Traverso levanta uma série de questões importantes, especialmente, no que diz respeito às memórias, as quais são concebidas como a própria “história” pelos negacionistas, não existindo a distinção necessária entre elas. De acordo com o autor:

“La memoria es, entonces, una representación del pasado que se construye en el presente. Es el resultado de un proceso en el que interactúan varios elementos, cuyo papel, importancia y dimensión varían según las circunstancias. Estos *vectores* de memoria no se articulan en una estructura jerárquica, sino que coexisten y se transforman por sus relaciones recíprocas. Se trata,

en primer lugar, de recuerdos personales que forman una memoria subjetiva no petrificada, sino a menudo alterada por el tiempo y filtrada por las experiencias acumuladas” (Traverso, 2012, p. 285-286).

Com base no trecho anterior, é possível identificar duas questões centrais. Em primeiro lugar, a memória é uma representação do passado, construída no presente. Em segundo lugar, a memória enquanto construção de um indivíduo ou grupo, revela-se subjetiva e, por isso, elaborada a partir das próprias referências do seu produtor. Esses dados são fundamentais para o entendimento sobre os negacionistas brasileiros, uma vez que as lembranças de uma testemunha ocular (obviamente, favorável ao Regime Militar), que acompanhou os anos da Ditadura Civil-Militar brasileira, assumem um *status* de “máxima verdade”, consideradas “superiores” aos estudos acadêmicos ou livros de história sobre esse período.

A partir desses elementos, percebe-se – entre os negacionistas – a total ausência de um trabalho crítico e científico com as fontes históricas. Citando novamente o importante estudo de Carla Santiago, “A negação da história: discursos negacionistas sobre o passado na contemporaneidade”, a autora reforça – de forma breve e brilhante – as principais diferenças entre o trabalho do historiador e o desserviço prestado pelos negacionistas. De acordo com as suas palavras:

“Importante aspecto dos textos e argumentos negacionistas diz respeito ao uso dos documentos históricos. Neste aspecto cabe lembrar que, desde o século XIX, momento de um esforço que pretendeu a construção do campo do conhecimento histórico como uma ciência, o uso de fontes e documentos históricos é visto como condição para o estabelecimento e a verificação de um conhecimento fidedigno referente ao que efetivamente aconteceu (...). Por esse motivo, o movimento negacionista, na ânsia de se apresentar como portador de uma interpretação legítima e adequada ao passado, também faz uso de referências às fontes históricas. No entanto, este uso das fontes tal como praticado pelos negacionistas em muito se distancia daquele praticado pelos historiadores, pois realiza citações falsas ou parciais que mudam o sentido original das fontes. Ainda como parte dessa estratégia, os negacionistas rejeitam e ignoram massas documentais que não se encaixam em seus pressupostos interpretativos” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 67-68).

No texto, “Negacionismos: a negação histórica do Holocausto e a Ditadura brasileira de 1964”,²⁶ os autores Odilon Caldeira Neto e Fernando Perlatto complementam a argumentação de Carla Santiago, pontuando que “a autocitação (isto é, negacionistas citam negacionistas) e a utilização de dados e informações enviesados ou adulterados constituem procedimentos padrão” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 82).

O fato dos negacionistas citarem negacionistas, constitui um dado fundamental nessa investigação acerca do negacionismo histórico sobre o Regime Militar. Logo no início do seu livro, Ustra realiza uma homenagem aos companheiros do “Projeto Orvil”²⁷, que se colocaram à disposição para mostrar o “outro lado da história, ocultado pela esquerda”. Ao longo da leitura, foi possível identificar que a quase totalidade das (des)informações escritas por Ustra, apresentam como referência o “Projeto Orvil”, que oferece um extenso conjunto de dados falsos e equivocados sobre o Regime Militar (os quais também são publicados e propagados nas redes sociais, diariamente, pelas comunidades virtuais negacionistas).

Com a apresentação dos devidos contrapontos e questionamentos em relação às ideias negacionistas, publicadas e compartilhadas no espaço virtual, é possível avançar para mais uma etapa importante desse trabalho, referente ao *modus operandi* negacionista nas redes sociais.

²⁶ NETO, Odilon Caldeira; PERLATTO, Fernando. “Negacionismos: a negação histórica do Holocausto e a Ditadura brasileira de 1964”. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022 (p. 80-86).

²⁷ Segundo Napolitano, “contrário de “livro”, em alusão ao livro *Brasil Nunca Mais*” (Napolitano, 2020a, p. 333), produzido por Dom Frei Paulo Evaristo Arns. Para mais detalhes, em seu livro, “A verdade sufocada”, Ustra faz uma breve descrição sobre o “Projeto Orvil” entre as páginas 4 e 5.

CAPÍTULO 3

O *MODUS OPERANDI* NEGACIONISTA NAS REDES SOCIAIS

As comunidades virtuais negacionistas atuam de diferentes maneiras. Dentre elas, as duas principais são: o movimento de reconhecimento individual e o ataque em grupo. As duas maneiras não estão, necessariamente, articuladas, nem uma é produto da outra. Contudo, elas podem sim se ligar, em determinadas situações que serão descritas a seguir.

A primeira atuação das comunidades virtuais negacionistas destacada acima, referente ao movimento de reconhecimento individual, parte da ação particular de cada membro do grupo. De forma voluntária, um indivíduo negacionista constrói a sua própria rota na rede social, tendo como principais objetivos a identificação dos “inimigos” (nesse caso, páginas e perfis de pessoas ou grupos que apresentam algum elemento antagônico ao pensamento da sua comunidade), o rastreamento dos contatos e dados pessoais dos “inimigos” (iniciando pelas páginas curtidas ou seguidas e amizades virtuais estabelecidas, chegando até aos seus familiares e a sua vida particular), a definição e caracterização dos “inimigos” (tendo como critérios e atributos se pertencem a algum partido ou movimento social, em quais universidades se formaram, quais bandas ou livros gostam mais, quais personalidades são seguidas, entre outros elementos que, supostamente, evidenciam uma “ameaça” à sua comunidade ou ideologia), o preenchimento e envio de um “relatório” para a base negacionista (aqui que o membro da comunidade negacionista pode obter um elevado prestígio, expondo o seu “relevante trabalho” aos pares e assim conquistando altos patamares dentro do grupo) e, por fim, a sistematização dos dados que pode ser realizado pelo indivíduo, a fim de preparar o terreno à futura ação coletiva da sua comunidade.

A segunda atuação das comunidades virtuais negacionistas destacada acima, refere-se ao ataque em grupo. Esses grupos aprenderam que um ataque coletivo é muito mais efetivo que um individual. Sabendo que em uma página ou perfil, uma pessoa tem seus seguidores ou amigos, um ataque isolado é facilmente neutralizado, bastando somente acessar à área de configuração da rede social e bloquear o usuário em “estado de raiva” (nesse momento, em algumas redes sociais, bastam somente dois cliques para isso). No entanto, um ataque coletivo, rápido e feroz, tornou-se mais difícil de conter e combater. Ao identificar e nomear como um alvo determinado perfil ou página, os membros de uma comunidade virtual negacionista geram uma enxurrada de xingamentos e ofensas, as quais se replicam de minuto a minuto (lembrando que alguns desses

ataques contam com a ajuda de “robôs”). Com a sua página ou perfil, diariamente, atacado, só resta ao(s) seu(s) responsável(is) suspender ou excluir a sua conta. A partir desse momento, a comunidade virtual negacionista se sente “vitoriosa”, já que encara a rede social como o seu “campo de batalha”.

Um aspecto importante a se notar nas comunidades virtuais negacionistas, relaciona-se à elevada necessidade de “propagar o conhecimento” (que elas próprias assim estabeleceram). De acordo com os seus integrantes, “por terem sido tanto tempo silenciados ou calados pela esquerda”, nesse momento, eles aproveitarão a sua liberdade de expressão, “a fim de correrem atrás do tempo perdido”.

Para eles, conhecimento não é compreendido como se entende nos espaços acadêmicos (“controlados pelos comunistas”, diga-se de passagem). Algo que os negacionistas, geralmente, fazem, é “ressignificar” conceitos complexos segundo superficiais e equivocados preconceitos (especialmente, no que tange aos dados e conceitos históricos).

Diante de tantos anos vendo a mídia “petista” disseminando notícias “falsas”, segundo os negacionistas, “chegou a hora de virar o jogo e mostrar a verdade à população brasileira”. A partir disso, surge o ímpeto de “fazer justiça”, desenvolvendo uma ação quase “religiosa” (que se assemelha a uma “Cruzada”, já ressaltada anteriormente) de trazer aos cidadãos brasileiros o “conhecimento”, há tanto tempo “escondido pela esquerda”.

Atenta a essa questão, Carla Santiago aponta que “não é possível identificar somente um único perfil político-ideológico dos negacionistas. No entanto, no campo da História, o negacionismo mais importante e organizado é aquele vinculado aos movimentos e ideologias de extrema-direita. Estes grupos fazem da negação um empreendimento sistemático, tratando-se, assim, de uma estratégia intelectual que (...) usa de uma deliberada falsificação do passado para legitimar seu programa político” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 64-65).

O clima de conspiração assim alimenta uma realidade paralela, que estabelece os negacionistas como os “heróis” e “protagonistas da história” (ficando os reais produtores de conhecimento na posição de “vilões”). E os principais objetivos deles são, exatamente, defender e expandir o “verdadeiro conhecimento” não só sobre o presente, mas – sobretudo – o passado brasileiro. Convencer e converter as pessoas são, portanto, os seus principais trunfos, as suas principais conquistas.

A transformação da História em “opinião”, sem dúvidas, é um dos principais elementos observados no *modus operandi* negacionista. Esses grupos se valem do seguinte pressuposto: “opiniões devem ser aceitas, enquanto o método científico é ignorado”. De acordo com Carla Santiago, os negacionistas “usam dos postulados da relatividade do conhecimento, do direito à livre interpretação e à crítica como argumentos, visando dar legitimidade às suas posições. Dentro do discurso negacionista, todo conhecimento se resume a uma mera “narrativa” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 73-74).

Em sua obra, uma questão importante levantada por Rescher é a tendência humana de preencher as lacunas do conhecimento, a partir de informações sem fundamentos e incertas pelos próprios indivíduos, a fim de que exista pelo menos uma “resposta” a uma pergunta que não se sabe responder.²⁸ O negacionismo histórico sobre o Regime Militar, muitas vezes, realiza esse movimento. Quando perguntas difíceis são feitas para os negacionistas, é raro escutar o “som do silêncio”, uma vez que eles costumam arranjar algum modo de respondê-las, seja retirando um dado de sua própria imaginação ou de sua “experiência de vida” (o fato dele ter vivido no período da Ditadura, automaticamente, garante para ele o título de “especialista” sobre esse momento do passado brasileiro), seja parafraseando as palavras de um produtor de opiniões reacionárias (como um *YouTuber* ou um político conservador).

Visando retirar o crédito e a confiabilidade dos estudos acadêmicos, os negacionistas distorcem a noção de que a Ciência tem sim seus limites e lacunas ainda não preenchidas, usando esse dado para forçar um certo relativismo ou subjetivismo, que abre as portas para determinadas visões não científicas e equivocadas.

Observando a função “seletiva” da narrativa, assim como a manipulação dos dados históricos por determinados grupos, Paul Ricoeur aponta que “no plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação (...). É

²⁸ “We try not to let the gaps in our knowledge be mere empty blanks, so we fill them in with speculation and suppositions. The cognitive instrument that does the work here is presumption, which often serves as a placeholder for knowledge. For the reality of it is that we operate with a source of standard perceptions of presumption (...)” (Rescher, 2009, p. 14).

mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (Ricouer, 2007, p. 98).

Com base na forma com que os negacionistas elaboram a sua memória e as suas narrativas, apresentando diversos elementos equivocados, é possível observar como é realizada a manipulação do passado brasileiro. A função seletiva é operada nesses momentos, quando se selecionam dados que convêm, enquanto descartam e silenciam outros elementos que colocariam as suas narrativas em contradição. Sendo assim, um dos principais pilares do negacionismo histórico é a própria arbitrariedade, que garante o sentido e a construção da visão negacionista sobre o passado.

Mais à frente, Ricouer pontua que “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (Ricouer, 2007, p. 98).

Apresentando algumas ligações com as questões levantadas por Ricouer, em sua obra, “Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância, 1987-2003”, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus identifica que as manipulações realizadas pelos negacionistas em suas narrativas, baseiam-se em elementos políticos e ideológicos de extrema-direita. Segundo o autor:

“Os negacionistas utilizam várias estratégias para atribuir uma aparência científica legitimadora de suas teses, tais como: inversão de sentido de um dado documento, análise literal de fontes codificadas; e, o que é mais comum, alçam à condição de fato uma série de afirmações que não se apoiam em evidências suficientes para torná-las confiáveis. Analogamente, valem-se de fontes altamente comprometidas com ideais ligados às tendências políticas e ideológicas de extrema-direita” (Jesus, 2006, p. 50).

Com base nesses elementos, Ricouer conclui com uma questão central: “o fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade” (Ricouer, 2007, p. 98).

As comunidades virtuais negacionistas apresentam uma identidade, assim como ideias e princípios que as fundamentam. Analisando as suas narrativas, nota-se a elevada disposição em não só negar a memória crítica sobre o período do Regime Militar, mas também em monopolizar o conhecimento sobre o passado brasileiro.

Na obra “Ideology and Utopia”, Mannheim mostra como os critérios políticos passaram a servir como base para definir o que é real ou não. Analisando os ideólogos oitocentistas, Mannheim pontua que Napoleão Bonaparte conferiu sobre eles uma visão depreciativa, a qual influenciou negativamente no próprio entendimento sobre o conceito de “ideologia”. Analisando essa questão, o autor percebe que, ao depreciar determinada *ideologia*, a afirmação de que as bases e os discursos de um grupo são “falsos”, faz-se por diferenças e discordâncias políticas (de pensamento e ação ou prática). Os critérios utilizados para definir o que é válido ou não, portanto, têm como base a correspondência entre o pensamento de cada grupo e a sua ação política (se há concordância, o que o outro grupo diz é real; se há discordância, o que o outro grupo diz é falso). Sendo assim, Mannheim define essa correspondência como uma “ontologia derivada da experiência política”, a partir da qual a atividade prática é vista como o único acesso à realidade digna de confiança (Mannheim, 1998, p. 65).

Ao definir o pensamento de um grupo adversário como “falso”, conseqüentemente, faz com que os acusadores ignorem o que os acusados de falsidade têm a oferecer em termos de conhecimento. E ao ignorar o que o adversário pensa e transmite, o grupo que pratica tal ação deve organizar o seu próprio pensamento e suas bases, desenvolvendo uma autopercepção positiva e nutrindo a certeza de que eles são os detentores do conhecimento “verdadeiro”.

Tal relação, brilhantemente, apreendida por Mannheim, manifesta-se também entre os negacionistas. Ao afirmar um suposto “viés esquerdista” nas produções acadêmicas sobre o Regime Militar, particularmente, nos livros de História, esses grupos tendem a rejeitar qualquer informação transmitida por essas fontes. Posicionados no conflito, vendo o adversário como o produtor de “falsidades” e “parcialidades”, os negacionistas buscam construir a sua própria identidade e a versão da história – segundo eles, “real e imparcial” – que fundamenta a sua visão sobre o passado brasileiro.

No início da seção I do Capítulo I, Mannheim aponta que, ao longo do tempo, partindo de experiências particulares e subjetivas, os indivíduos produziram determinados modos de conhecimento e pensamento que não passaram por uma análise crítica devida, nem foram submetidos à dúvida ou a questionamentos (Mannheim, 1998, p. 1-2). Articulando essa observação à forma com que os grupos sociais disputam o poder, nota-se que tanto a afirmação de que o pensamento do adversário é “falso”, quanto a defesa de que somente o seu grupo possui o conhecimento “verdadeiro”, opera-se a partir de critérios subjetivos e, inclusive, *intersubjetivos*,

mas não conceitos objetivos. Sendo assim, a ignorância não só permeia a observação de um grupo em relação a outro, mas também forma um tipo de conhecimento mais distante da objetividade (formado por motivações e pressuposições inconscientes, conforme Mannheim explicita).

Relacionando as observações de Mannheim com o estudo sobre o negacionismo, uma importante questão se destaca: a de que a realidade social e as relações que nela ocorrem, organizam-se e são transformadas em função da *contradição* ou do *conflito*. Diferente de Durkheim que focava nos elementos *em comum* entre diversos grupos, Mannheim – por sua vez – buscava investigar as *diferenças* produtoras de conflitos e tensões entre esses coletivos, que participaram ativamente na formação da identidade e do pensamento de cada um deles.

Isso se expressa na própria disputa de narrativas ocorrente nas redes sociais. Almejando “desmistificar” os dados disponibilizados pelas universidades ou por pesquisadores “progressistas” (uma vez que “todos foram falsificados pela ideologia comunista”), os negacionistas constroem a sua “versão dos fatos”, dando a eles um sentido diferente e “mais próximo da realidade”. Guiados por uma série de juízos de valor, pressuposições equivocadas e determinadas estruturas de relevância, eles filtram as informações e selecionam os elementos que julgam ser os “mais importantes”, formando assim as barreiras que os separarão da “falsidade” observada nos grupos adversários.

Dentro dessas questões, há ainda a *interpretação* sobre o passado, muito mal compreendida pelas comunidades virtuais negacionistas. Mal interpretando o aspecto *interpretativo* das Ciências Humanas, esses grupos tendem a ver determinadas visões sobre o passado como se fossem “automaticamente válidas” (especificamente, as que se aproximam de suas preferências ideológicas e políticas). De acordo com a narrativa negacionista, se os pesquisadores “tendenciosos” e “parciais” constroem o passado brasileiro “segundo a sua interpretação progressista”, por que não se pode também “recontar” a história do Regime Militar com base na “interpretação conservadora”? A confusão é produto da má compreensão sobre o conceito de *interpretação*, que é confundido com “viés ideológico” e não entendido como uma ferramenta metodológica de pesquisa.

Baseado nesses elementos, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus afirma que, “para legitimar suas afirmações, os negacionistas apropriam-se de certas práticas teórico-metodológicas que dizem respeito à história, linguística e filosofia, com destaque para o relativismo histórico e as considerações a respeito da interpretação das fontes (...). Argumenta-se que os historiadores

admitem trabalhar com múltiplas interpretações, sem que se possa considerar uma delas dotada de veracidade absoluta (...). Assim, se, no primeiro momento, desqualificam o trabalho historiográfico por considerá-lo uma arma manipulada por grupos, em seguida contrapõem sua leitura dos episódios, elaborada a partir de uma compreensão linear das fontes e sem admitir que, também nesse caso, o que se tem é uma versão que poderia estar tão comprometida quanto a que desejam combater” (Jesus, 2006, p. 46).

Tendo como justificativa central o fato de que as “universidades são controladas pela esquerda”, as comunidades virtuais negacionistas buscam rebaixar o valor dos estudos acadêmicos sobre o período da Ditadura, afirmando que os dados transmitidos são “falsos” e “meras manipulações do projeto de poder comunista”. Logo, tudo o que foi e é feito pelas universidades brasileiras deve não só ser alvo de desconfiança, mas também vir acompanhada da seguinte conclusão: “não se deve acreditar em nada, nem apreender as informações divulgadas pelos trabalhos acadêmicos”.

No entanto, nem tudo é observado com a mesma profunda desconfiança pelos negacionistas. Quando eles assistem a um vídeo de determinado *YouTuber* simpático às suas ideias, da desconfiança se passa a um nível alto de confiança sobre tudo o que ele diz. Logo, os negacionistas se relacionam com o saber presente na sociedade, a partir de duas formas distintas: se os dados foram divulgados por estudos acadêmicos e científicos, eles optam por ignorar ou desconfiar do conteúdo transmitido. Por outro lado, no que diz respeito às narrativas e aos discursos mais alinhados à extrema-direita, a simpatia e a identificação ideológica concorrem para uma confiança, por vezes, absoluta, tomando esse (des)conhecimento como uma base “válida” e “verdadeira”.

Dentro do negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais, os indivíduos que foram *testemunhas oculares* desse período e que são adeptos das narrativas negacionistas recebem uma elevada dose de confiança. No estudo, “The well-informed citizen: An Essay on the Social Distribution of Knowledge”, Schutz pontua da seguinte maneira:

“Socially derived knowledge may originate in four different ways. First, it may come from the immediate experience of another individual who communicates this experience to me. For present purposes such an individual shall be called the eyewitness. My belief in his report is based on the fact that the reported event occurred in the world within his reach. From “there”, from his position in space and time, things could be observed and events experienced which were not

observable from “here”, from my position; but if I were “there” and not “here”, I would have experienced the same. This belief presupposes, furthermore, a certain conformity of my system of relevances with that of the eyewitness” (Schutz, 1946, p. 132).

Um dos principais comentários que compõem as bases da narrativa negacionista, é o de que um parente ou um colega mais velho viveu no período do Regime Militar e, por isso, ele possui “autoridade” para narrar o que ocorreu ou não, durante essa fase da história brasileira. Apoiados nos relatos desses indivíduos, os negacionistas preferem ignorar uma série de importantes estudos acadêmicos sobre o Regime Militar, defendendo e compartilhando o que as *testemunhas oculares* de seu círculo ideológico e político, têm a falar sobre o passado brasileiro.

Estudando a constituição e a expansão das redes sociais, especificamente, o *Facebook* e o *Youtube*, foi possível identificar que alguns aplicativos possuem uma forte ligação com eles, no que tange à circulação e propagação do conteúdo produzido nas redes sociais. Dentre eles, destaca-se o *Whatsapp*, um “aplicativo multiplataforma gratuito de mensagens e ligações permite que o usuário se conecte com amigos e familiares a qualquer hora e em qualquer lugar por meio de troca de mensagens de texto, áudio e vídeo” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 3), segundo os autores Gustavo Teixeira de Faria Pereira e Iluska Maria da Silva Coutinho, que produziram o importante estudo intitulado “WhatsApp, desinformação e infodemia: o “inimigo” criptografado”.

O *WhatsApp* reforça os laços familiares e ideológicos, uma vez que um usuário pode criar um grupo somente com pessoas que pensam igual a ele. Observando essa questão, Coutinho e Pereira pontuam que “diferentemente de redes sociais digitais como Instagram, Facebook e Twitter, todas baseadas em algoritmos de interação e engajamento, no WhatsApp ocorre uma maior personalização, de modo que os conteúdos que são recebidos pelos usuários sejam, em geral, de pessoas próximas, o que poderia gerar uma maior confiabilidade e credibilidade quanto à veracidade destas informações” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 3).

“Confiabilidade” e “credibilidade” que aceleram, principalmente, a circulação do negacionismo entre as pessoas. De acordo com Coutinho e Pereira, “a premissa de que as mensagens chegam repassadas por pessoas de confiança – amigos, familiares e conhecidos – também contribui para que os materiais reproduzidos no WhatsApp se propaguem de forma acelerada, sem checagem” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 3). Articulado ao fato de os conteúdos serem compartilhados sem qualquer tipo de verificação, “o WhatsApp se insere como um dos principais espaços para a propagação de conteúdos falsos e que não são pautados pela ciência, já

que é possível enviar ou encaminhar mensagens com apenas alguns cliques para um usuário em específico ou para um grupo sem que o aplicativo ou quem enviou o material se responsabilize pelas informações contidas nas mensagens. Com isso, há uma divulgação que não ocorre a partir dos filtros de bolhas como nas demais redes sociais, mas há um “efeito formiguinha”, que quanto mais é compartilhado (encaminhado), mais alcance tem e maior a sua difusão, também podendo viralizar” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 6).

Acerca das condições de expansão da desinformação no *WhatsApp*, no que diz respeito à dificuldade de controlar todas as informações que são disseminadas nesse aplicativo, Coutinho e Pereira apontam que, “na prática, quanto mais um conteúdo viraliza, mais usuários ele vai alcançar, sendo verdadeiro ou falso, já que há uma grande dificuldade de se fiscalizar essa circulação” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 2).

A dificuldade ressaltada pelos autores, refere-se à presença da criptografia no *WhatsApp*, que facilita a continuidade da circulação do negacionismo no espaço virtual. De acordo com as suas palavras:

“Considera-se no combate à desinformação a existência de dificuldade para identificação de mentiras nesses fluxos em grupos específicos dado o recurso da criptografia de ponta a ponta. Criado para garantir a segurança dos usuários, resulta também em uma maior dificuldade de fiscalização acerca dos conteúdos das conversas” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 3).

Mais à frente, Coutinho e Pereira complementam:

“Com a criptografia de ponta a ponta e a proteção dos conteúdos garantida por essa ferramenta, o *WhatsApp* se tornou um espaço ainda maior de circulação de informações, verdadeiras ou falsas, principalmente pela potencialidade de serem transmitidas tanto em conversas individuais como em listas de transmissão (para vários usuários ao mesmo tempo e de forma individualizada) e em grupos (família, amigos, conhecidos, trabalho, etc)” (Coutinho; Pereira, 2022, p. 7).

E a consequência disso? Aumento não só da desinformação, mas também da *neurose*, do medo e do consequente ódio nas redes sociais. Atento à essa questão, José Luiz Quadros de Magalhães, em seu texto “Por uma sociedade do envolvimento: desenvolvimento, negacionismo e guerras híbridas”²⁹, afirma que “a geração de notícias falsas alimenta, diária e ininterruptamente,

²⁹ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. “Por uma sociedade do envolvimento: desenvolvimento, negacionismo e guerras híbridas”. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê*

a mente dos sujeitos mergulhados em seus aparelhos digitais e redes sociais. Com o tempo as notícias ficam mais distanciadas do real e mais agressivas. O medo transforma-se em ódio” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 98).

Ao lado do *Facebook*, o *YouTube* é uma rede social que conta com um elevado número de canais negacionistas, os quais reúnem milhares de usuários que consomem e compartilham dados falsos, diariamente. Antes de analisar as suas ferramentas e as suas principais características, é importante apresentar um breve resumo sobre o *YouTube*, tendo como base as palavras de Jenkins:

“O YouTube emergiu como um site fundamental para a produção e distribuição da mídia alternativa – o marco zero, por assim dizer, da ruptura nas operações das mídias de massa comerciais, causada pelo surgimento de novas formas de cultura participativa. No entanto, temos de compreender o YouTube como parte de uma organização cultural maior. Em primeiro lugar, o YouTube representa o encontro entre uma série de comunidades alternativas diversas, cada uma delas produzindo mídia independente há algum tempo, mas agora reunidas por esse portal compartilhado. Ao fornecer um canal de distribuição de conteúdo de mídia amador e semiprofissional, o YouTube estimula novas atividades de expressão (...). Ter um site compartilhado significa que essas produções obtêm uma visibilidade muito maior do que teriam se fossem distribuídas por portais separados e isolados (...).

Em segundo lugar, o YouTube funciona como um arquivo de mídia onde curadores amadores esquadrinham o ambiente à procura de conteúdos significativos, trazendo-os a um público maior (...). Colecionadores estão compartilhando material antigo; fãs estão remixando conteúdo contemporâneo; e todo mundo tem a capacidade de congelar um momento do “fluxo” das mídias de massa para tentar concentrar a atenção no que acabou de acontecer.

Em terceiro lugar, o YouTube funciona em relação a uma série de outras redes sociais; seu conteúdo espalha-se em blogs e mensagens no LiveJournal, Facebook e MySpace, onde é recomposto para públicos diferentes e se torna o ponto focal para discussões. O conteúdo do YouTube pode ser descrito como “mídia espalhável”, termo que partilha algumas das conotações de “meme” ou “vídeo viral”, ambos termos comumente utilizados, mas que carrega um sentido maior de ação por parte do usuário” (Jenkins, 2009, p. 348-349).

contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022 (p. 88-100).

Com base nos elementos acima destacados por Jenkins, nota-se uma série de características importantes sobre o *YouTube*, que – direta ou indiretamente – estão articulados com o negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais. A primeira delas se refere à produção e distribuição de “mídia alternativa”, a qual se separa das “mídias de massa”. Ao observar as comunidades virtuais negacionistas, em diversos momentos, foi percebido um certo “orgulho” manifestado pelos *influencers* negacionistas, ao se colocarem “contra o padrão que orienta as massas”, gabando-se de ser um “comunicador alternativo”. Essa situação, segundo os *influencers* negacionistas, garante a sua “credibilidade” nesse espaço, uma vez que eles se encontram “libertos das amarras comunistas da grande mídia”, frase parafraseada que se expressa de diferentes maneiras nas redes sociais, seja em forma de comentários ou textos publicados, seja nos discursos produzidos em *lives* ou vídeos gravados.

A segunda característica se relaciona à “cultura participativa” (predominante no *YouTube*), que possui o potencial de unir diversas comunidades. Ao conquistar inúmeros seguidores, um canal negacionista se transforma (ao lado de outros) em um ponto forte de atração e articulação de usuários, que se movimentam na rede social e participam do crescimento de todo o engajamento do canal que seguem. Além disso, a possibilidade de os seguidores interagirem com o seu *influencer*, contribui não só para que continuem conectados, mas também acreditem que todos eles são “especiais” e “muito importantes” no projeto direcionado à “vitória da direita contra a esquerda”, nas redes sociais. Ao participar, o sentimento de pertencimento a um grupo e a formação de uma determinada identidade criam uma “zona de conforto” entre os negacionistas, uma comunidade virtual que agrega usuários através da desinformação e do ódio.

A terceira característica corresponde à produção de “mídia independente”, de caráter amador e semiprofissional. Repetindo os gestos e as formas de comunicação exibidos pelos profissionais de comunicação (mesmo os da “grande mídia”, que eles abominam), diversos usuários negacionistas passaram a gravar os seus próprios vídeos, assumindo um lugar de “produtor de conteúdo” no *YouTube*. Ora bem produzidos, ora mal feitos, o que garante mais visibilidade para um canal negacionista é o mais alto nível de sensacionalismo e distorção das informações. Nesses espaços, a mídia é tão “independente”, que qualquer sinal de rigor ou método são nulos.

A quarta característica está diretamente relacionada ao que mantém o *YouTube* em funcionamento: ter visibilidade.³⁰ Recentemente, devido ao alto nível de desinformação compartilhado nas redes sociais, o Congresso Nacional foi invadido por inúmeros grupos da extrema-direita brasileira³¹. Os mesmos indivíduos que destruíram as sedes dos Três Poderes em Brasília, também produziram – ao vivo – uma série de vídeos em seus canais do *YouTube* (os quais constituíram provas criminais contra eles próprios). “Coincidentemente”, alguns deles expuseram seu desejo de “retornar aos tempos de 1964”, reafirmando todas as afirmações negacionistas acerca do Regime Militar para as centenas e até as milhares de pessoas que os acompanhavam em suas *lives*. Sendo assim, a visibilidade é um fator determinante à persistência nociva e à consequente propagação do negacionismo nas redes sociais, que alimenta – diariamente – inúmeras comunidades virtuais negacionistas.

A quinta característica está ligada à constituição do *YouTube*, que é um amplo e extenso arquivo de mídia, disponíveis para o público. Ao somar as produções dos canais negacionistas, o que se observa é um grande “acervo” repleto de dados falsos e errados sobre a história brasileira (especialmente, do Regime Militar). É aqui que se identifica um enorme problema. Mesmo com a atual política do *Youtube* de zerar a “monetização” de canais negacionistas e excluir os seus vídeos, há sempre novos conteúdos sendo produzidos ou antigos vídeos que ainda não foram denunciados. Essa situação negativa fomenta a continuidade da circulação do negacionismo histórico nessa rede social, desinformando as pessoas que consomem esses conteúdos.

Articulada aos elementos ressaltados acima, a sexta característica evidencia o principal atributo dos conteúdos presentes no *YouTube*: a sua mídia é “espalhável”. Em outras palavras, as produções publicadas no *YouTube* têm a potência de se tornar “viral”, isto é, podem se espalhar – com alta velocidade – em outras redes sociais e aplicativos. Em tempos de eleições, por exemplo, diversos vídeos do *YouTube* circularam pelo *WhatsApp*, espalhando dados falsos sobre o período do Regime Militar, a fim de fortalecer e expandir a ideia de que “o Brasil ainda precisava ser salvo da ameaça comunista”. Em pleno 2022, através da articulação das mídias entre diferentes redes sociais e aplicativos, o “perigo vermelho” retornou para dentro das casas brasileiras, por meio do uso de um computador ou um *smartphone*.

³⁰ A partir da visibilidade, os anúncios e as propagandas financiadas por grandes empresas garantem grande parte da receita e dos lucros dessa rede social.

³¹ SECCO, Lincoln; GOMES, Rosa; FERREIRA, Fernando Sarti. “A Intentona de 8 de janeiro de 2023”. Blog da Boitempo, 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/01/11/a-intentona-de-8-de-janeiro-de-2023/>.

Utilizando as contribuições teóricas de importantes autores (como o já citado nesse trabalho, Henry Jenkins), em sua dissertação de Mestrado intitulada “Desinformação e Propagabilidade: uma análise da desordem informacional em grupos de WhatsApp”, Rodrigo Bersch Müzell aponta que esses autores “defendem que o sucesso de um conteúdo é medido pela sua disseminação. Propõem, assim, rejeitar a ideia de que conteúdo possa ser viral e, em vez disso, vê-lo como *mídias propagáveis*. A razão é dar ao público o papel ativo – enquanto um vírus se espalha contra a vontade de seus hospedeiros, a propagação é feita por ação concreta de seus disseminadores” (Müzell, 2020, p. 51).

É preciso realizar uma breve pausa, nesse momento. Embora pareça uma obviedade, o termo “viral” citado anteriormente, corresponde mais ao papel ativo do que passivo de um indivíduo. Se em um caso clínico, uma pessoa sofre com a ação de um vírus (sendo ela passiva), no caso das redes sociais, o ato de “viralizar” um conteúdo está relacionado à postura ativa dos usuários.

Mais à frente em sua pesquisa, Müzell destaca algumas características que favorecem a propagação dos conteúdos. Segundo o autor, “é preciso estar disponível quando o público quiser – a facilidade de acesso. Também precisa ser portátil e compartilhável, integrar um fluxo constante de material e ser reutilizável” (Müzell, 2020, p. 52).

Articulada às características acima destacadas, principalmente, a visibilidade e o engajamento nas redes sociais, há uma importante questão que deve ser ressaltada: as redes sociais funcionam dentro de um espaço de “vigilância”. Para a melhor compreensão sobre essa questão, a obra “Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem” (organizada pelos autores Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon e Lucas Melgaço), inicia com a importante exposição sobre o que são as “tecnopolíticas da vigilância”:

“Tanto o desenvolvimento de novas formas de vigilância e controle quanto a experimentação de resistências e subversões que dialogam com elas formam aquilo que chamamos de “tecnopolíticas”. Os agenciamentos sociotécnicos emergentes possibilitam inauditas estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e a agregação de atores heterogêneos que visem a criar, a reforçar ou a reverter formas de dominação ou exploração ou mesmo a fazer florescer modos de existência e/ou organização. Nesse sentido, as tecnopolíticas podem ser entendidas amplamente como uma caixa de ferramentas para os embates sociotécnicos do presente” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 7-8).

Os dados acima destacados são importantes, porque ressalta um novo contexto que envolve as redes sociais e as tecnologias de informação e comunicação, que tem alterado e mediado os debates e os conflitos na sociedade. De acordo com Shoshana Zuboff, em seu texto intitulado “*Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação*”, pontua que “3 bilhões dos 7 bilhões de pessoas no mundo têm uma ampla gama de atividades diárias, muito além das fronteiras tradicionais do local de trabalho, mediadas (...). Como resultado da penetrante mediação por computador, quase todos os aspectos do mundo são traduzidos em uma nova dimensão simbólica à medida que eventos, objetos, processos e pessoas se tornam visíveis, cognoscíveis e compartilháveis de uma nova maneira” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 23-24).

A partir dessas informações, uma questão central deve ser levantada: há uma grande quantidade de pessoas conectadas em forma de rede, ao redor do mundo. Diante desse novo contexto, o sistema capitalista encontrou uma nova forma de expansão e concentração de capital, que tem como bases a vigilância e a permanente conexão dos indivíduos nas redes sociais.

Sobre o “capitalismo de vigilância”, Zuboff afirma que “essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 18). A *internet* e, em específico, as redes sociais contam com a presença dos algoritmos, os quais possuem uma inteligência e apresentam uma articulação com o comportamento humano (o qual é vigiado), no que diz respeito aos gostos e preferências dos usuários (dados que são usados pelas empresas, a fim de estimular o engajamento e o consumo). Dialogando com os dados levantados por Zuboff, em seu estudo intitulado “O que é a governança de algoritmos?”, os autores Danilo Doneda e Virgílio Almeida definem os algoritmos da seguinte maneira:

“Algoritmos são basicamente um conjunto de instruções para realizar uma tarefa, produzindo um resultado final a partir de algum ponto de partida. Atualmente, os algoritmos embarcados em sistemas e dispositivos eletrônicos são incumbidos cada vez mais de decisões, avaliações e análises que têm impactos concretos em nossa vida” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 141).

O negacionismo, por sua vez, também apresenta diversas relações com os algoritmos e o “capitalismo de vigilância”, uma vez que mobiliza muitas comunidades virtuais e usuários em torno dele. Dessa forma, quanto mais pessoas conectadas, maior será a geração de lucratividade e aquecimento do mercado presente no espaço virtual.

Nos últimos anos, uma nova arquitetura passou a ser desenvolvida para e pelo “capitalismo de vigilância”, nomeada como “Big Other”, de acordo com as palavras de Zuboff, que a descreve do seguinte modo:

“Essa nova arquitetura configura-se como um ubíquo regime institucional em rede que registra, modifica e mercantiliza a experiência cotidiana, desde o uso de um eletrodoméstico até seus próprios corpos, da comunicação ao pensamento, tudo com vista a estabelecer novos caminhos para a monetização e o lucro” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 43-44).

Um dos principais caminhos, já ressaltado anteriormente, a *internet* não só aumentou a conectividade entre as pessoas, mas também ofereceu uma série de condições de lucratividade para grandes empresas, que investem no espaço virtual. Segundo Zuboff, “o desenvolvimento da internet e de métodos para acessar a *world wide web* disseminaram a mediação por computador, antes restrita a locais de trabalho delimitados e ações especializadas, para a ubiquidade global tanto na interface institucional quanto nas esferas íntimas da experiência cotidiana. As empresas de alta tecnologia (...) perceberam novas oportunidades de lucro nesses fatos” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 57).

Vídeos “virais” no YouTube e publicações mais compartilhadas no Facebook são monetizados, fazendo com que pessoas ou grupos ganhem dinheiro nas respectivas plataformas. Além disso, empresas têm dedicado as suas energias e os seus esforços no conhecimento cada vez mais especializado sobre as redes sociais, a fim de entender mais o funcionamento dos algoritmos, concorrendo assim a uma maior geração de lucro, no interior dessa nova arquitetura que se encontra em plena expansão.

Dentro desse espaço, o conhecimento também é uma mercadoria cujo valor e monopólio alimentam uma disputa acirrada nas redes sociais. Há uma série de embates ideológicos que disputam, especialmente, o conhecimento sobre o passado. É neles que se vê o domínio epistêmico se transformar em um produto, o qual conta com variados tipos de “marketing”, tendo em vista que os milhares de usuários, que passeiam pelas redes sociais, são consumidores em potencial. Um vídeo bem elaborado ou um texto altamente sensacionalista constituem formas comuns de convencimento que, logo, são “comercializados” através de um simples clique no botão de “compartilhar” ou de “curtir” (sinais que expressam aos algoritmos que aquele conteúdo possui “relevância” e, por isso, “merece” ser recomendado mais vezes).

A partir disso, é possível perceber quantas vezes informações negacionistas foram compartilhadas e consumidas nas redes sociais, exatamente porque os algoritmos identificaram uma elevada atividade em torno desse conteúdo. Articulado a ele, ao identificar que um usuário possui uma maior preferência e gosto por temas referentes ao negacionismo histórico sobre o Regime Militar, os algoritmos produzirão uma lista específica e repleta de conteúdos desse tipo, a fim de que o usuário permaneça constantemente conectado.

Em suma, ao mesmo tempo em que os algoritmos alimentam os usuários com conteúdos de sua preferência, eles também favorecem a monetização e o lucro de determinados sujeitos que investem nesses espaços virtuais. Sabendo disso, é possível afirmar que a atuação dos grupos de extrema-direita, articulada à expansão do negacionismo histórico, têm garantido – infelizmente – uma considerável movimentação nas redes sociais.

Junto a essa questão, um conteúdo que aparece com um elevado número de “curtidas” e compartilhamentos, também contribui à construção de uma falsa ideia de que “algo só é compartilhado muitas vezes, porque fala a verdade ou aponta informações muito relevantes”, constituindo assim mais um grande obstáculo ao combate ao negacionismo histórico nas redes sociais.

Ligados aos elementos acima destacados, outra questão importante está relacionada à falsa sensação de liberdade nas redes sociais. O próprio “capitalismo de vigilância”, em si, é ilegal, já que as pessoas muitas vezes não sabem que estão sendo vigiadas e manipuladas. Dessa forma, a utopia de um “espaço livre, sem regulação e sem interferências”, cai por terra. A realidade é que o “capitalismo de vigilância” necessita do desconhecimento das pessoas,³² que contribuem à elevação da dependência delas aos espaços virtuais. Analisando essa questão, Zuboff pontua que “já é bem sabido que os usuários têm poucas opções significativas para a autogestão de privacidade. O capitalismo de vigilância prospera na ignorância do público” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 50). Mais à frente, a autora complementa que a “dependência social está no cerne do projeto de vigilância. Necessidades fortemente sentidas como essenciais para uma vida mais eficaz se opõem à inclinação para resistir ao projeto de vigilância. Esse conflito produz uma espécie de entorpecimento psíquico que habitua as pessoas à realidade de serem rastreadas, analisadas, mineradas e modificadas – ou as predispõe a racionalizar a situação com cinismo resignado” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 51).

³² No sentido de que muitas pessoas não sabem quais dados pessoais e aspectos da sua vida estão sendo vigiados.

Observando também os reflexos do “capitalismo de vigilância” sobre a vida dos usuários nas redes sociais, Magalhães levanta uma série de informações importantes. De acordo com o autor:

“Tudo começa comprando, muito caro, bilhões de informações sobre milhões de pessoas. Estas informações que fornecemos gratuita e intensamente para as empresas, as mais valorizadas do mundo, são vendidas para outras empresas, para que estas conheçam a fundo os clientes (...). A quantidade de informação que fornecemos sobre nós mesmos é absurda (...). Deixamos um rastro público sobre nossos desejos, gostos, rotinas, medos etc. Informações que permitem à Inteligência Artificial construir uma outra Inteligência Artificial com a reprodução de nós mesmos. Em outras palavras, é possível criar programas capazes de funcionar e interagir representando nossos comportamentos. São tantas as informações disponíveis sobre cada um de nós que uma I.A. (Inteligência Artificial) pode interagir, responder, se expressar da maneira como nós fazemos. Esse arsenal de informações disponibilizamos via *e-mails*, no Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp etc. Um detalhe importante: cada vez que respondemos uma pesquisa, interagimos nas redes sociais (...) estamos pagando para trabalhar pra essas empresas que geram ganhos gigantescos para os seus bilionários proprietários” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 96-97).

Mesmo que existam algumas iniciativas de resistência contra o “capitalismo de vigilância”, de forma contraditória, muitos usuários têm reproduzido a vigilância (a partir da qual são alvos) sobre outros usuários. No texto intitulado “Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital”, David Lyon defende que “está emergindo uma cultura da vigilância sem precedentes. Sua característica-chave é que as pessoas participam ativamente em uma tentativa de regular sua própria vigilância e a vigilância sobre outros” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 151). Mais à frente, Lyon complementa que “os imaginários sociais de vigilância (...) têm a ver com entendimentos compartilhados sobre certos aspectos de visibilidade na vida cotidiana e em relações sociais, expectativas e compromissos normativos. Eles fornecem uma capacidade de agir, de se envolver e de legitimar as *práticas* de vigilância. Por sua vez, as práticas de vigilância ajudam a sustentar imaginários de vigilância e a contribuir para sua reprodução. Imaginários de vigilância são construídos pelo envolvimento cotidiano com a vigilância (...). Os imaginários de vigilância oferecem não apenas um sentido do que acontece (...) mas também um sentido de como avaliar e se envolver com ela (...). Tais imaginários, por sua vez, informam e animam as práticas de vigilância; eles funcionam juntos” (Bruno ... [et al.], 2018, p. 160-161).

A vigilância está tão presente, que nós não somos só vigiados, mas também – aparentemente – somos “convidados” a vigiar os outros também. No cenário polarizado da política brasileira, vigiar o outro se tornou uma espécie de estratégia política, em um contexto de “guerra virtual”. “Eu preciso saber o que meu inimigo está fazendo”, essa é a frase de comando de muitas comunidades virtuais negacionistas que vigiam as postagens e publicações dos seus adversários. Além disso, caso seja preciso, ataques são realizados contra perfis de pessoas que possuem uma visão divergente, sendo rapidamente legitimados pelas mesmas comunidades negacionistas.

A partir desses elementos, é preciso voltar um pouco no tempo, para lembrar de uma iniciativa reacionária e autoritária da extrema-direita brasileira, nomeada como “Escola Sem Partido”.³³ Começando de forma tímida, esse “projeto” tinha como principal objetivo a vigilância sobre os Professores da Educação Básica, especialmente, os de História. Diversas vezes, durante os anos e em diferentes escolas brasileiras, Professores foram abordados e denunciados, de modo arbitrário, por grupos de alunos e suas famílias, expressando uma clara tentativa de censura e, em alguns casos mais extremos, de buscar o desligamento desses Educadores dos seus respectivos espaços de trabalho.

Na maior parte dos casos, essas ações negativas iniciavam no espaço escolar e, posteriormente, direcionavam-se ao campo virtual, principalmente, nas redes sociais. Fotos e vídeos produzidos pelos alunos, dentro da sala de aula, sendo espalhados para inúmeras páginas do *Facebook*, canais do *YouTube*, grupos de *WhatsApp*, entre outros aplicativos e redes sociais.

Aos poucos, o tema referente ao Regime Militar começou a ser cada vez mais temido nas salas de aula. O medo de ser filmado ou ter a sua voz gravada, sendo ameaçado de alguma maneira posteriormente, tem feito com que muitos Professores repensem, diversas vezes, se vale a pena tratar, de forma crítica, sobre a história da Ditadura Civil-Militar brasileira, nas escolas. Apontar os crimes e expor a memória crítica sobre esse período se tornaram aspectos do Currículo, que “precisam ser tratados com imparcialidade” e “muito jogo de cintura”, a fim de que o Professor não “provoque” algum aluno simpatizante (e, provavelmente, negacionista) do Regime Militar. Das redes sociais à Escola, da Escola às redes sociais, a *Vigilância* tem sido uma ferramenta eficiente de destruição das liberdades de expressão, pensamento e produção de conhecimento. Para

³³ Para mais detalhes e informações sobre o “Escola Sem Partido”, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo disponibilizou textos e vídeos de alguns Docentes, que analisam essa iniciativa da extrema-direita brasileira. Esses materiais podem ser acessados no seguinte site: <https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido>.

piorar, as comunidades virtuais negacionistas têm se aproveitado da vigilância, para criar medo em seus adversários, conseguindo assim monopolizar espaços e narrativas, nas redes sociais.

Além do arbitrário “Escola Sem Partido” (mais focado no espaço escolar), já ressaltado na Introdução dessa Dissertação, houve também – nos últimos anos – uma intensa perseguição contra os historiadores, especialmente, aqueles que estudam e combatem o negacionismo histórico no espaço virtual. Durante essa investigação, pude observar casos mais próximos de colegas da Academia, que passaram a ter os seus respectivos nomes e perfis pessoais circulando em muitas comunidades virtuais negacionistas. Eram nítidos o medo e a angústia entre eles, ao sofrerem os ataques desonestos e cruéis desses grupos. É por isso que, nessa Dissertação, foi considerado necessário não citar, diretamente, os nomes e os grupos negacionistas que foram investigados, ao longo da produção desse trabalho. Já passou o tempo em que risadas e piadas eram direcionadas para estas pessoas. Após, aproximadamente, oito anos de estudo sobre a circulação do negacionismo histórico nas redes sociais, foi possível acompanhar o crescimento acelerado do ódio e da maldade entre as comunidades virtuais negacionistas, elementos básicos que fundamentam o *modus operandi* negacionista.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES FINAIS

Diante dos elementos apresentados e destacados nos capítulos anteriores, a questão direcionada à conclusão dessa dissertação é a seguinte: quais são os riscos da circulação do negacionismo histórico para a Democracia brasileira?

Tendo como base essa questão, os autores que organizaram o importante “Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico”, pontuam que “na política e na história, estrategicamente tenta-se minimizar ou apagar da memória coletiva fatos que não poderão nunca ser esquecidos, como (...) a ditadura brasileira, ou desqualificando a existência de outros episódios relevantes com o objetivo claro de provocar uma corrosão das instituições democráticas” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 12-13).

Uma terrível corrosão que já está em funcionamento, a qual tem enfraquecido múltiplos espaços de diálogo e informação pública, ao mesmo tempo em que se fortalecem os erros e a desinformação. No estudo, “Sobre as origens, história e consequências do negacionismo científico”,³⁴ os autores Jônatas S. Abrahão, Amanda S. A. Witt, Ana Paula C. Crispim e Viviane de Souza Alves afirmam que “não há um limite claro que possa delimitar o que é ceticismo justificável e o que é ceticismo cego e infundado. Neste aspecto, o negacionismo em questão não se limita à desconfiança sobre um determinado evento ou descoberta, mas sim impõe a tais acontecimentos o *selo* de fraude, desconsiderando qualquer espaço para diálogo e dando uma opinião como verdade absoluta, em detrimento de fatos e evidências. Portanto, também, não há dúvidas quanto ao desfavor que é o pensamento negacionista e o quão preocupante é sua propagação” (Bruck; Cardoso; Santos, 2022, p. 25).

Preocupante para a manutenção e o fortalecimento da Ciência e da Democracia brasileira, a expansão do negacionismo no campo virtual tem concorrido – diretamente – para o crescimento de ideologias ligadas à extrema-direita, levando muitas pessoas a adotar uma série de posturas completamente antidemocráticas. Em seu texto, “Negacionismo científico e suas bases psicopolíticas e socioculturais”, Carlos Eduardo C. Vieira e Betânia D. Gonçalves apontam que,

³⁴ ABRAHÃO, Jônatas Santos; ALVES, Viviane de Souza; CRISPIM, Ana Paula Correia; WITT, Amanda Stéphanie Arantes. “Sobre as origens, história e consequências do negacionismo científico”. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022 (p. 23-35).

“distante da postura científica, o negacionismo se expressa por uma atitude de desvalorização da ciência e se lastreia em visões generalistas de indivíduos e de grupos, sem o respaldo de evidências reais e sem a observância de critérios consistentes, em crenças e valores partilhados por grupos específicos, que se vinculam a fins político-ideológicos e econômicos. Forjados no subjetivismo, na distorção de informações, o negacionismo científico aspira à construção de uma espécie de versão da realidade que, embora siga os moldes de um *transtorno delirante*, mostra-se eivado de interesses político-ideológicos e econômicos, sendo instrumentalizado por meio de uma sofisticada base tecnológica algorítmica que expõe e coloca em risco (...) a sociedade e a democracia” (Bruck; Santos; Cardoso, 2022, p. 36).

Atentos aos elementos acima destacados, os autores Odilon Caldeira Neto e Fernando Perlatto complementam essa argumentação, ao escrever que “os disseminadores almejam criar uma “história alternativa”, que tenha impactos em projetos institucionais e educacionais, vinculados a visões de mundo baseadas em perspectivas não raramente antidemocráticas” (Bruck; Santos; Cardoso, 2022, p. 81).

Já ressaltado anteriormente, um projeto liderado pela extrema-direita, que causou um elevado mal-estar entre os educadores, o “Escola sem Partido” que defendia o “fim da doutrinação ideológica comunista” nas escolas brasileiras e o “estabelecimento da imparcialidade no ensino”, sinalizando como os maiores alvos desse projeto os docentes ligados à área de Humanidades, especificamente, os de História. É a partir de ações e iniciativas como essa destacada acima, que se torna possível observar como elementos intelectuais podem ser materializados no cotidiano. Por exemplo, a ideia de que a “esquerda falsificou a história brasileira”, quando materializada, converte-se em um projeto antidemocrático que visa eliminar a liberdade dos Professores, seja em seu trabalho em sala de aula, seja na livre expressão de suas ideias. Sendo assim, a escola se torna um “laboratório”, um espaço de domínio e experimentos realizados pelos reacionários, constituindo-se um ponto inicial para um projeto de poder maior: o controle sobre a liberdade da própria sociedade brasileira.

O negacionismo histórico, portanto, é uma das fontes que alimentam a sede pelo poder, manifestada por esses grupos mais autoritários e antidemocráticos. A narrativa negacionista se inicia, a partir do silenciamento da voz divergente, anulando qualquer chance de diálogo ou debate.

Ora, qual seria o caminho mais eficiente para derrotar o negacionismo histórico? É óbvio que essa dissertação não oferecerá uma resposta determinante. Contudo, há um caminho que pode ser utilizado, tendo como base a visão de Ricouer sobre essa questão:

“Será tão necessário resistir (...) à tentação de dissolver o fato histórico na narração e esta numa composição literária indistinguível da ficção, quanto é preciso recusar a confusão inicial entre fato histórico e acontecimento real lembrado” (Ricouer, 2007, p. 189-190).

A partir desses dados, nota-se que a memória pode ser alvo de um abuso, que resulta em uma lembrança distorcida e distante do que realmente ocorreu no passado. Um fato deixa de ser fato, quando o seu conteúdo se dilui em uma mera ficção, anulando qualquer teor racional e científico. Mais à frente, Ricouer levanta um ponto central, ao apontar (mesmo sem o propósito de oferecer uma resposta definitiva sobre o combate contra o negacionismo histórico) o método presente na ciência histórica como o fundamento ao estabelecimento da verdade:

“(…) pode-se dizer do fato que ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. Essa reciprocidade entre a construção (pelo procedimento documental complexo) e o estabelecimento do fato (com base no documento) exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico. É esse caráter proposicional do fato histórico (...) que rege a modalidade de verdade ou de falsidade ligada ao fato” (Ricouer, 2007, p. 190).

É na construção de um fato, em que se reúne uma série de documentos e é utilizado um método de análise documental, que informações bem estabelecidas e sustentadas são produzidas para a informação pública. Para concluir a sua argumentação, Ricouer afirma que, “é nesse nível que se decide a refutação do negacionismo” (Ricouer, 2007, p. 190).

Sendo assim, o que mais falta à visão negacionista é exatamente a principal ferramenta do historiador: a metodologia. A partir dela, erros e negações dos fatos são anulados, a fim de que o rigor e a racionalidade predominem no estudo sobre o passado.

• BIBLIOGRAFIA

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1987.
- ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BACHA, Edmar *et al.* *130 anos: em busca da República*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- BARABÁSI, Albert-László. *Linked: a nova ciência dos networks*. São Paulo: Leopardo, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro histórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.
- BAUER, Caroline Silveira. *Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar*. *Dimensões*, vol. 32, 2014.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Editores). *Dicionário de Política*. Brasília, DF; São Paulo: Editor: Impr. Of.; UnB, 2004. 2v.
- BRUCK, Mozahir Salomão; CARDOSO, Marisa; SANTOS, Marcus Vinicius dos. *Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022.
- BRUNO, Fernanda ... [et al.]. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- COUTINHO, Iluska Maria da Silva; PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria. *WhatsApp, desinformação e infodemia: o “inimigo” criptografado*. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5916, maio 2022.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando – Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DENICOLA, Daniel. “Conceiving Ignorance”. In: *Understanding Ignorance: The Surprising Impact of what we don't know*. Cambridge, MA, The MIT Press, 2017.
- DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. *Golpe de Estado: O espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Editora Vozes, Petrópolis/Rio de Janeiro, 1981.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FILHO, João Roberto Martins. *A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. *VARIA HISTORIA*, nº 28, dezembro, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Sólo un testigo*. Tomado de Saul Friedlander (ed.), *Probing the Limits of Representations. Nazism and the "Final Solution"*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., y Londres, 1992.
- GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores. Práticas e ação política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- GRANOVETTER, Mark. *The strenght of weak ties: a network theory revisited*. *Sociological Theory*, vol. 1, 1983, p. 201-233.
- HJARVARD, Stig. “Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural”. *Matrizes*, vol. 5, n. 2, jan.-jun./2012, p. 53-91.
- INNIS, Harold. *O viés da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. – 2. ed. – São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da Conexão: Criando Valor e Significado por Meio da Mídia Propagável*. Edição do Kindle. São Paulo: Aleph. 2015.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância, 1987-2003*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LANG, Berel. *Six questions on (or about) holocaust denial*. *History and Theory*, Vol. 49, No. 2 (May 2010), pp. 157-168.
- LAVILLE, Christian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, SP, Papirus, 1986.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MACHADO, Rosana Pinheiro; FREIXO, Adriano de. (orgs). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia (Routledge Classics in Sociology)*. London, The London School of Economics and Political Science (University of London), Routledge & Kegan Paul, 1998.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 34:9-24, 1992.

MIGUEL, Luis Felipe *et al.* Organização Esther Solano Gallego. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente*. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

MÜZELL, Rodrigo Bersch. *Desinformação e Propagabilidade: uma análise da desordem informacional em grupos de WhatsApp*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., nov. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos*. *SÆCULUM – Revista de História* [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020a.

NAPOLITANO, Marcos. *Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020b.

NAYAR, Pryan. *An introduction to new media and cybercultures*. Londres: Wiley-Blackwell, 2010.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, set/dez 2015.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

- RHEINGOLD, Howard. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- RESCHER, Nicholas (2009). “The Reach of Ignorance”. In: *Ignorance: On the Wider Implications of Deficient Knowledge*. Pittsburgh, The University of Pittsburgh Press, 2009.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema Direita, volver! - Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2009.
- SHIFMAN, Limor. *Memes in digital culture*. Massachusetts: MIT Press, 2014.
- SCHÜTZ, Alfred. “The well-informed citizen: An Essay on the Social Distribution of Knowledge”. In: *Social Research*, vol. 13, no. 4, 1946.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “*Rememoração*”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2018.
- TELES, Janaina de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2012.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2007.